



PLANO ESTRATÉGICO 2004–2007



Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

APRESENTAÇÃO

O Congresso Nacional Brasileiro, contagiado por um sentimento de civismo, insculpiu no Texto Constitucional de 1988 atribuições que transformaram o Ministério Público na Instituição Guardiã da cidadania pátria.

Ressurge no contexto social como a esperança dos rios, das matas, da cultura, da beleza paisagística, da criança, do adolescente, do idoso, da família, da moralidade pública, do consumidor, da ética e da vida.

Contudo, do dia para a noite, não se constrói uma estrutura pronta e acabada para assimilar todos esses anseios, porém, a crença de cada membro da Instituição em não desonrar a confiança conferida, erigiu o Ministério Público à credibilidade indiscutivelmente alcançada.

Esta credibilidade e confiança impõem o planejamento de ações, condutas, prioridades, diretrizes, enfim, rumos coerentes com a realidade do sofrido povo brasileiro.

Nesse sentido, a Instituição foi convocada a elaborar seu **planejamento estratégico** de maneira imparcial e democrática, sem hierarquização, transparente como as águas cristalinas da Cachoeira Véu de Noiva, oportunizando, primeiramente, seu auto-conhecimento para, a partir daí, ter-se uma metodologia segura de atuação institucional.

Cada qual, em diversos debates e reuniões, trouxe suas dificuldades, angústias e sonhos, forjando um plano de ação sem faces, sem fisionomias, fruto do todo, do

outro, do coletivo: “..DA DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DO REGIME DEMOCRÁTICO E DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS...”.

Retrata o presente documento os resultados dos projetos e atividades dos trabalhos anuais de 2005 e os que deverão ser executados no biênio 2006/2007, exemplificando, ainda, em quadros demonstrativos, o essencial aparelhamento almejado, visando o alcance de metas qualitativas de atendimento da sociedade.

“A Rosa não tem porquês. Ela floresce porque floresce. Por fim, a vida é uma longa caminhada construída na somatória de conhecimentos e sensibilizações, que permitem ao Homem transformar-se em algo bem melhor do que fora ontem. Essa transformação busca o Ministério Público do Estado de Mato Grosso”.

Paulo Roberto Jorge do Prado
Procurador-Geral de Justiça

Paulo Roberto Jorge do Prado
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Siger Tutiya
PROCURADOR-GERAL SUBSTITUTO

Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres
CORREGEDORA-GERAL

Naume Denise Nunes Rocha Müller
CORREGEDORA-GERAL ADJUNTA

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

ÁREA DE ATUAÇÃO

Defesa da sociedade

MISSÃO

Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

VISÃO

Ser uma instituição moderna, eficaz, acessível, confiável e mais independente.

VALORES

- Eficácia
- Probidade
- Independência
- Ética
- Compromisso social
- Transparência

OBJETIVOS GLOBAIS

Através da análise do ambiente externo a Instituição, partiu-se para uma prospecção de cenários.

Esta análise externa teve por finalidade estudar a relação entre a organização e seu ambiente em termos de oportunidades e ameaças, bem como a sua atual posição e prospectar quanto à sua posição desejada no futuro.

Neste contexto, ela deve procurar aproveitar as oportunidades do ambiente, bem como procurar neutralizar, amortecer ou absorver as ameaças ou adaptar-se a elas.

Desta análise nasceram os Objetivos Globais da Alta Administração, que foram se ampliando no decorrer dos anos, e se apresenta conforme abaixo:

- Melhorar os resultados da Instituição na defesa da ordem tributária e crimes contra administração pública;
- Melhorar os resultados da Instituição na área criminal;
- Melhorar os resultados da Instituição na área de interesses difusos e coletivos;
- Melhorar os resultados da Instituição na defesa dos direitos do Idoso e do Portador de Necessidades Especiais;
- Melhorar os resultados da Instituição na área da Infância e Juventude;
- Melhorar o atendimento ao cidadão.

Estes Objetivos Globais correspondem aos grandes resultados que a organização pretende alcançar a longo, médio e curto prazo.

Da mesma forma, foi feita uma análise do ambiente interno. A análise interna teve por finalidade colocar em evidência as deficiências e qualidades da organização, ou seja, seus pontos fortes e fracos foram determinados diante da sua atual situação.

ESTRATÉGIAS

Diante da análise externa e interna foram definidas as estratégias a serem implementadas.

Uma estratégia está relacionada à arte de utilizar adequadamente os recursos físicos, financeiros e humanos. Deverá ser sempre uma opção inteligente, econômica e viável.

- A escolha de uma estratégia corresponde à seleção da alternativa que melhor combina tempo, risco, e recursos para alcançar os Objetivos Globais e cumprimento das metas inseridas no Plano Plurianual de Investimentos – **PPA**, Lei de Diretrizes Orçamentárias – **LDO** e Plano de Trabalho Anual – **PTA**/Lei Orçamentária Anual – **LOA**.

MÉTODO DE GESTÃO

Para atingir as metas é preciso de um método, de um caminho que leve aos resultados desejados. O método de Sistema de Gestão em implantação no Ministério Público é o PDCA.

Ter habilidade no método PDCA é saber como atingir resultados, como sobreviver. Seu domínio é condição fundamental, principalmente para o corpo gerencial.



AÇÕES REALIZADAS/RESULTADOS ALCANÇADOS – 2005

AÇÕES REALIZADAS – REVISÃO 2005

(Resultados dos projetos e atividades PPA 2004–2007)

PROGRAMA: DEFESA DO INTERESSE COLETIVO		OBJETIVO: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis
INDICADORES DO PROGRAMA: Cumprimento de 100% das metas definidas para cada atividade, no período previsto		
PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Implementação da atuação do MP no processo de Gestão Fiscal	Área: 1. Gestão Fiscal
	Objetivo Específico: Definir e implementar a sistemática de atuação do MP no processo de Gestão Fiscal	
	Meta Física: 80 % das promotorias com atribuição de defesa do patrimônio público e da ordem tributária atuando no processo de Gestão Fiscal	
Medidas Priorizadas - 2005		
1. Implementação dos procedimentos para atuação do MP no processo de Gestão Fiscal		
2. Acompanhar e fiscalizar a elaboração e execução do orçamento estadual e municipal, visando uma atuação preventiva na defesa do patrimônio público.		
Ações Realizadas / Resultados Alcançados - 2005		
Distribuição de 70 Kits “Gestão Fiscal Responsável” para as Promotorias de Defesa do Patrimônio Público, cedidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.		
Realização da Palestra sobre a Lei Orçamentária Anual de Programa de Consciência Fiscal, para		

procuradores, promotores e servidores.

Participação de servidores no curso de elaboração e execução de orçamento público, promovido pela Escola de Governo de MT e no curso de Elaboração de PPA e LDO promovida pela Associação Mato-grossense dos Municípios.

Medidas extrajudiciais para o governo estadual e municipal para a publicidade correta das informações orçamentárias

Ações Cíveis Públicas propostas ao ente municipal para implementação pelos agentes públicos das medidas necessárias destinadas à execução da gestão orçamentária das Leis Orçamentárias de acordo com a LRF e o Estatuto da Cidade.

Termos de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas de MT; Secretaria de Estado de Saúde/ Auditoria Geral do SUS; Controladoria Geral da União; Secretaria de Estado de Fazenda.



PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Implantação das ações do MP no controle externo da atividade policial	Área: 2. Controle Externo
	Objetivo Específico: Exercer o controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais e extrajudiciais	
	Meta Física: 70 % Promotorias criminais e da probidade atuando no controle externo da atividade policial	
Medidas Priorizadas 2005		

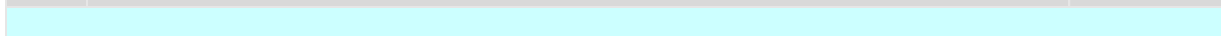
1. Estreitar relações do MP com as corregedorias de polícia civil, militar, com sindicatos das categorias, delegados e agentes policiais visando aprimoramento das investigações policiais

Ações realizadas / resultados alcançados - 2005	
Pólo Barra do Garças:	Canarana: Reunião do Promotor e do Juiz com o Delegado e o Comandante. Água Boa: aulas de direito penal e processo penal. Barra do Garças, Nova Xavantina, Água Boa e Canarana: conversas informais com os Delegados Municipais e Regionais e com o Comandante da Polícia Militar sobre a atuação cotidiana dos policiais, onde se destaca a repressão ao abuso de autoridade e à eventual prática de tortura.

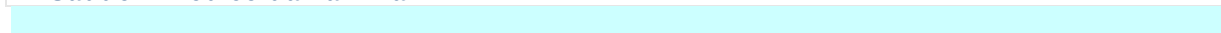
Pólo Alta Floresta	Guarantã do Norte: Exigir a melhoria das ações preventivas da Polícia Militar nos locais previamente identificados como área de risco através do acompanhamento das operações policiais.
Pólo Rondonópolis	Reunião com o Conselho de Segurança de Rondonópolis, visitas às Delegacias de Polícia Judiciária Civil.



PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Intensificação da atuação do MP na área Social	Área: 3. Social
	Objetivo Específico: Promover a inclusão social, protegendo e garantindo direitos das parcelas mais desprotegidas da sociedade.	
	Meta Física: Atuação do Ministério Público em todos os Municípios na área social	



Medidas Priorizadas - 2005	
1. Gestão visando garantir a acessibilidade de pessoas deficientes e idosas em 100 % dos prédios públicos novos e 50 % dos prédios antigos	
2. Promover ações de discussão do estatuto do idoso em 100 %	
3. Continuidade das ações para adequação curricular no ensino formal em 100 % das escolas públicas e particulares;	
4. Gestão para adequação das frotas de transporte coletivo de acordo com a previsão legal	
5. Conhecer e cadastrar as entidades não governamentais com financiamento de recursos públicos	
6. Fiscalização da qualidade da gasolina comum vendida nas distribuidoras e postos da capital	
7. Saúde – Médico da Família	



Ações realizadas/Resultados Alcançados - 2005	
Pólo Cuiabá	Cidadania: Continuidade das ações para a adequação curricular no ensino formal em 100% das escolas públicas e particulares com Instrução das ações propostas contra o Estado de Mato Grosso e o Município de Cuiabá visando a inclusão do idoso na grade curricular das escolas públicas. Gestão para adequação das frotas de transporte coletivo de acordo com a previsão legal através do Levantamento da situação da frota no binômio idade/acessibilidade e propositura de notificações recomendatórias para a solução do problema em breve prazo. Adequação de 100% dos locais públicos de diversão às normas de segurança e higiene com Atuação conjunta com FPI (Composto principalmente de CREA, Prefeitura e Corpo de Bombeiros).
Pólo Tangará da Serra	Tangará da Serra: Ação conjunta com a formação de uma comissão composta pela promotoria de justiça, câmara de vereadores, OAB, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Associação Comercial de Tangará da Serra com o objetivo de implementar o projeto Cimulize – Centro integrado de recuperação, através do desenvolvimento de ações de inclusão social dos moradores e andarilhos de rua (recuperação de drogados, retirar da rua, confecção de documentos pessoais, encaminhamento às famílias...) Brasnorte: Realização de audiência pública na área da saúde pública para 200 pessoas, visando o aprimoramento do atendimento no município.
Pólo Sinop	Acessibilidade de pessoas deficientes e idosos: Sinop: foi feita Notificação recomendatória, para garantir a adequação necessária. Tabaporã – Iniciou-se um levantamento de dados sobre a população portadora de deficiência ou com necessidades especiais para em seguida, adotarem-se as medidas pertinentes visando melhorar a qualidade de vida destes cidadãos. Discussão do Estatuto do Idoso: Sinop: Recomendação da instalação do Conselho Municipal do Idoso que já está em fase de implementação.

	Cláudia: Palestras em reuniões públicas com a comunidade local acerca dos direitos conferidos pelo estatuto do idoso, sobretudo na área de transporte e saúde. Tabaporã: Realização de palestras para conscientização dos próprios idosos acerca dos direitos, e interesses assegurados na nova lei, bem como sobre a forma de instrumentalizar e concretizar as garantias.
Pólo Primavera do Leste	Realizada discussão do Estatuto do Idoso com a comunidade local. Consumidor: combate ao mau atendimento por instituições bancárias em Campo Verde; notificação ao município para criação do PROCON em Paranatinga; e acompanhamento do cumprimento da legislação acerca de plantões de farmácias em Primavera do Leste e Campo Verde.
Pólo Alta Floresta	Acessibilidade de pessoas deficientes, idosas, gestantes, etc.: Alta Floresta: Expedição de Notificação Recomendatória às instituições financeiras e órgãos públicos para garantirem a prioridade no atendimento. Apiacás/Nova Monte Verde: Instituição de uma comissão de deficientes para identificação das prioridades que devem ser implementadas. Adequação de frotas de transporte coletivo: Alta Floresta: Foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta visando coibir transporte clandestino e ajuizada ação de execução do mesmo.
Pólo Juína	Defesa dos direitos do Consumidor: Instauração de procedimento investigatório. Garantir a segurança das instalações escolares: Instauração de 4 procedimentos investigatórios/2 Ações Cíveis Públicas. Garantir o regular abastecimento de água e cobrança de tarifa no município de Juína: Instauração de procedimento investigatório/ 1 Ação Civil Pública. Garantir a regularidade dos equipamentos hospitalares (balões de oxigênio): Instauração de procedimento investigatório/ Termo de Ajustamento de Conduta. Fiscalizar atendimento aos usuários do SUS: Instauração de 3

	procedimentos investigatórios/ 1 Audiência Pública. Proteção aos idosos (medicamentos, atendimento hospitalar, exames, cirurgias e abrigo); Avaliação da situação por meio de entrevista e documentos/Medidas Protetivas. Proteção à criança(medicamentos, atendimento hospitalar, exames, cirurgias e abrigo): Avaliação da situação por meio de entrevista e documentos/Medidas Protetivas. Garantir o transporte escolar: Avaliação da situação por meio de entrevista e documentos / Medidas Protetivas. Requisição de instauração de procedimento disciplinar junto à Administração Pública, requisição de atendimento gratuito aos pacientes prejudicados e instauração de inquérito policial. Aripuanã Investigação de cobranças de médicos vinculados ao SUS para a realização de procedimentos cirúrgicos; Investigação de paternidade: Ajuizamento de ações de investigação de paternidade em favor de menores; Lavratura de registros tardios de nascimento: Participação do membro do Ministério Público em mutirão para realização de registros tardios de nascimento nos Distritos de Guariba e Roosevelt. Esclarecimento da sociedade acerca dos direitos das crianças e adolescentes: Realização de palestra na Câmara de Vereadores para a sociedade local, comunidade escolar e os membros de Conselhos Tutelares da região. Cotriguaçu Registro tardio de nascimento: Pedidos judiciais para regularização para assento de nascimento. Fiscalizar a circulação de veículos e trânsito em geral: Intervenção conjunta com a Polícia.
Pólo Diamantino	Intensificação na atuação do MP na defesa dos portadores de deficiência inclusive mental São José do Rio Claro: Elaboração de projeto para implementação do CAPS ou ambulatório de Saúde Mental na cidade; Tendo como Medida Proposta a reunião com a Secretária de Saúde e Notificação Recomendatória.

	Direito do Consumidor Arenápolis: Reclamação quanto à venda e depósito de mercadorias impróprias ao consumo; tendo como Medida proposta: Notificação Recomendatória.
Pólo Rondonópolis	Aperfeiçoamento dos serviços de saúde pública: Realização de freqüentes reuniões e notificações de acompanhamento e orientação junto ao poder público municipal
Pólo Várzea Grande	Gestão visando garantir a acessibilidade de pessoas deficientes e idosas em 100 % dos prédios públicos novos e 50 % dos prédios antigos Realizada em 50% a conscientização e sensibilização dos segmentos interessados (associações de bairro, de consumidores, de idosos e deficientes) e os gestores públicos responsáveis pelos diferentes prédios públicos (autoridades federais, estaduais e municipais). Realizada em 100% a sensibilização e conscientização do Poder Público a respeito da necessidade de criação e efetivo funcionamento de conselhos municipais do idoso e deficiente. Realizada em 30% a sensibilização e conscientização do Poder Público Municipal a respeito da necessidade de se aperfeiçoar a legislação a respeito da acessibilidade adequados aos prédios públicos e privados. Promover ações de discussão do estatuto do idoso em 100 % Realizada em 80% a sensibilização e conscientização dos diferentes agentes públicos e sociais a respeito da existência do Estatuto do Idoso e a necessidade de sua divulgação para que essa lei seja efetivamente cumprida. Realizada em 100% as parcerias com agentes públicos e privados que visem à realização das ações necessárias à divulgação e discussão do Estatuto do Idoso. Realizada em 80% a elaboração de um programa de eventos destinados à discussão do Estatuto do Idoso. Continuidade das ações para adequação curricular no ensino formal em 100 % das escolas públicas e particulares Realizado em 100% o levantamento de escolas públicas e particulares

	existentes em Várzea Grande e Livramento. Realizado em 30% a verificação da adaptação das diferentes grades à legislação. Gestão para adequação das frotas de transporte coletivo de acordo com a previsão legal Realizado em 100% o levantamento da situação da frota de transporte coletivo municipal. Realizado em 100% a verificação da adequação da frota à legislação. Conhecer e cadastrar as entidades não governamentais com financiamento de recursos públicos Realizado em 10% a fomentação e realização de discussões com outras promotorias visando à padronização dos dados do cadastro, a elaboração de um sistema de informática para armazená-los e um procedimento de rotina para atualização dos mesmos dados. Realizado em 10% o levantamento das entidades não governamentais que recebem recursos públicos em Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento. Realizado em 10% a requisição das informações selecionadas e necessárias para o cadastro das entidades levantadas. Realizado em 10% o cadastramento das informações. Saúde: Médico da Família Realizado em 100% a verificação de convênios com o objetivo focado. Realizado em 70% a verificação da efetiva aplicação do recurso por parte do conveniente e dos bairros beneficiados. Realizado em 50% a verificação in loco do recebimento dos benefícios por parte da população. Realizado em 30% a gestão junto ao poder público para obtenção do índice de satisfação e como última medida: ação civil pública
--	---

PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Intensificação do combate à criminalidade	Área: 4. Criminal
	Objetivo Específico: Criar sistemática de gerenciamento das ocorrências policiais e dos inquéritos instaurados	
	Meta Física: Inquéritos instaurados e concluídos	
Medidas Priorizadas - 2005		
1. Promover ações necessárias para a diminuição em 20 % dos índices de homicídios em todos os municípios.		
2. Promover ações junto ao Poder Executivo visando à criação e ampliação de estabelecimentos penais específicos para o cumprimento de pena em regime aberto e semi-aberto no âmbito de todas as comarcas.		
3. Garantir a rápida reprimenda aos casos de abuso sexual contra criança e adolescente.		
4. Repressão ao tráfico ilícito de substância entorpecente.		
Ações Realizadas / Resultados Alcançados - 2005		
Pólo Cáceres	Fiscalização dos pedidos de prazo em Inquérito Policial Todos os pedidos de dilação passaram a ser analisados de forma criteriosa, com a indicação das diligências ou oferecimento de denúncia com pedido direto ao Juiz / Diminuição do número de inquéritos em trâmite. Acompanhamento dos Recursos e decisões junto ao TJ/MT Acompanhamento dos recursos pelo site do Tribunal de Justiça e contato com o NARE para ciência das decisões e análise conjunta quanto à viabilidade de recurso Saneamento das Promotorias do Pólo: Auxílio as Promotorias de Pontes e Lacerda e Comodoro, recebendo um grande número de processos para manifestação.	
Pólo Sinop	Promover ações para diminuição em 20 % dos índices de homicídios em todos os municípios Porto dos Gaúchos e Tabaporã - Realização de ações para conscientizar a	

	população sobre o desarmamento; considerando-se a inexistência de Delegacia de Polícia na comarca de Tabaporã em conjunto com Poder Judiciário e Poder Público Municipal, foram remetidos ofícios à Secretaria de Segurança Pública, expondo a necessidade e urgência nas medidas solicitadas. Promover ações para criação e ampliação de estabelecimentos penais Sinop - Acompanhamento dos problemas da cadeia pública, com comunicação à Secretaria de Segurança Pública e acompanhamento da construção do novo presídio. Garantir reprimenda aos casos de abuso sexual contra criança e adolescente Sinop - Acompanhamento das investigações policiais; da instrução criminal e interposição de recursos quando provado o fato; atendimento das vítimas familiares; fiscalização do cumprimento da pena pelos condenados. Cláudia - Dedicção total e prioritária aos processos crimes desta espécie; palestras conscientização da população acerca da violência sexual, sobretudo a doméstica.
Pólo Primavera do Leste	Campo Verde: ACP em Campo Verde contra o Estado, no tocante à proposta de ações para criação e ampliação de estabelecimentos penais. Garantir reprimenda aos casos de abuso sexual contra criança e adolescente: Priorizado nos municípios do pólo, com medidas sociais também em relação aos menores. Repressão ao tráfico ilícito de substância entorpecente: priorizado nos municípios do pólo, sem inquéritos com vista.
Pólo Barra do Garças	Intensificação do combate à criminalidade/Interseção junto aos policiais no sentido de exercer um policiamento mais efetivo Nova Xavantina: reunião do Promotor com todos os diretores de escola, todos os conselheiros tutelares e o comandante da PM / os resultados obtidos foram ótimos, estando os diretores deveras agradecidos com a atuação policial. Barra do Garças: levantamento estatístico dos locais de maior incidência delitiva, principalmente as relacionadas ao tráfico, sendo elas repassadas às respectivas polícias visando policiamento extensivo e intensificação das investigações.

	Encontro do grupo de estudos do Vale do Araguaia em parceria com o CEAF tendo como tema lavagem de dinheiro, com a palestrante Dra. Elisamara Vodonos. Ampliação e/ou melhora dos estabelecimentos penais/constituição e fortalecimento do Conselho da Comunidade Água Boa: reunião com os órgãos comunitários para seleção dos membros que formarão o Conselho da Comunidade (LEP). Garantir reprimenda aos casos de abuso sexual contra criança e adolescente /manifestação rápida em inquéritos policiais e processos criminais com carga ao Ministério Público Barra do Garças: acompanhamento das ações penais que tenham como vítimas crianças e adolescentes.
Pólo Cuiabá	Instalação da Central de Acompanhamento de Inquéritos e Controle Externo da Atividade Policial, que culminou no melhor gerenciamento de prazos de conclusão e na qualidade dos procedimentos de investigação. Cadastramento dos processos criminais em andamento no sistema Gerenciamento Eletrônico das Atividades das Promotorias – GEAP, visando melhor gerenciamento das ações penais. Participação junto ao Gabinete de Gestão Integrada - GGI da SEJUSP com a realização de ação focada no combate à criminalidade, especialmente visando à redução dos crimes de homicídio na região metropolitana em que foram requeridos pelo Ministério Público e deferidos pela justiça inúmeros mandados de busca e apreensão em locais apontados como “bocas de fumo”, tendo sido alcançado o objetivo almejado.
Pólo Alta Floresta	Promover junto ao poder executivo visando a criação e ampliação de estabelecimentos penais específicos para cumprimento de pena em regime aberto e semi-aberto no âmbito de todas as comarcas Alta Floresta /Peixoto: Início de discussões visando à implantação de local destinado ao cumprimento de pena nos regimes semi-aberto e aberto através de reuniões com o Poder Público. Garantir a rápida reprimenda aos casos de abuso sexual contra criança e adolescente

	Colíder: Investigações preliminares encetadas pelo Ministério Público, visando apurar casos de exploração sexual infantil. Peixoto de Azevedo: Fiscalização do cumprimento das penas em regime integralmente fechado.
Pólo Juína	Juína: Combate ao abuso sexual de detentas Investigação realizada pelo MP e Polícia/Prisão temporária e Ação Penal Proposta. Combate à violência policial Requisição de instauração inquérito, acompanhamento das investigações. Aripuanã: Combate à violência policial Investigação e requisição de instauração de inquérito policial contra policiais militares por eventual prática de crime de tortura. Combate à formação de quadrilha para a ocupação de áreas rurais, loteamento e venda de madeiras extraídas ilegalmente. Requisição de instauração de inquéritos, diligências e oferecimento de denúncia.
Pólo Diamantino	Atenção e direcionamento de ações na área de criança e adolescente São José do Rio Claro: Revisão dos processos das crianças e adolescentes abrigados no lar transitório – 07 (sete) delas com processos em fase de sentença para reinserção na família; colocação em família substituta (uma guarda e uma adoção); Reunião com a secretaria de bem estar social para elaboração do projeto de lei para regulamentação do lar; Encontro mensal com os conselheiros tutelares para estudo e discussão do ECA; Tendo como Medidas propostas a aprovação da Lei pela Câmara Municipal de São José do Rio Claro/MT e a realização de 02 reuniões com os conselheiros tutelares. Diamantino: Autuação de peças de informação a respeito da construção da casa do abrigo para crianças e adolescentes.

	Reunião com o Presidente da Câmara Municipal, Prefeito e Conselho Municipal para reformulação da lei, garantindo a escolha dos conselheiros tutelares por meio de eleição. Reunião com o Conselho Municipal de Alto Paraguai, a fim de assegurar a eleição direta para escolha dos conselheiros. Tendo com Medida proposta o Projeto de Lei garantindo a eleição direta para a escolha dos Conselheiros Tutelares
Pólo Várzea-Grande	Promover ações necessárias para a diminuição em 20% dos índices de homicídios em todos os municípios Foi dada prioridade pela Promotoria de Várzea-Grande na tramitação dos inquéritos e processos relativos a homicídios praticados no grande Cristo Rei e Parque do Lago, não de modo organizado e sistematizado como poderia sê-lo se houvesse a possibilidade de pesquisa pelo critério de cadastramento no sistema GEAP. Em relação ao estreitamento das relações com a DHPP em Cuiabá visando priorizar as investigações relativas ao grande Cristo Rei e Parque do Lago, bem como ao estreitamento das relações com a Cia. PM Comunitária Parque do Lago, Delegacia Distrital do Cristo Rei e movimentos comunitários do grande Cristo Rei e Parque do Lago, foram realizadas várias reuniões comunitárias, tanto no campo da UNIVAG, quanto em escola no Parque do Lago, todas no período noturno, possibilitando-se, assim, maior fluxo de pessoas, com a presença de representantes da sociedade civil organizada (associações de moradores de bairro, etc) e de autoridades policiais, oportunidade em que também se discutiu o combate à venda indiscriminada de bebidas alcoólicas nas regiões mencionadas. Garantir a rápida reprimenda aos casos de abuso sexual contra criança e adolescente Realizado em 100% a recomendação e persuasão do Poder Executivo Estadual na instalação na Comarca de uma delegacia especializada de repressão aos crimes contra os costumes com atribuições nos municípios de Várzea Grande e Livramento, com a respectiva equipe multidisciplinar de suporte na própria delegacia.

	Realizado em 100% o estreitamento da relação com as delegacias da comarca visando conscientização e priorização na investigação dos casos relativos a abuso sexual contra crianças e adolescentes. Realizado em 100% a identificação e priorização de casos de abusos sexuais contra crianças e adolescentes em processos penais e inquéritos policiais em andamento na 3ª vara.
--	--



PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Intensificação do combate aos atos de improbidade administrativa	Área: 5. Patrimônio Público
	Objetivo Específico: Combater os atos de improbidade administrativa comunicados ou que, de alguma forma, chegarem ao conhecimento do Ministério Público.	
	Meta Física: Casos Apurados.	



Medidas Priorizadas - 2005	
1. Concluir todas as investigações de inquéritos relativos a improbidade administrativa civis iniciadas entre 1999 a 2002	
2. Atuação junto aos Conselhos Gestores e demais órgãos de fiscalização, visando abrir um canal de comunicação, viabilizando a troca de informações.	

Ações realizadas/Resultados Alcançados - 2005	
Pólo Barra do Garças	Barra do Garças, Nova Xavantina, Água Boa e Canarana: expedição de notificações recomendatórias e ajuizamento de ações civis públicas/pronto atendimento das notificações recomendatórias. Nova Xavantina: prioridade no atendimento das investigações instauradas a partir de requerimentos feitos pela ONG Sempre Viva que, a par de ser contrária, à administração e, portanto, parcial, sempre traz ao MP importantes informações sobre atos de improbidade. Foram propostas 04(quatro Ações Civis Públicas) Nova Xavantina: condenação de um ex-prefeito em improbidade administrativa, tendo sido proposta a competente execução. Água Boa: Ação Civil Pública de improbidade por desvio de patrimônio público (casas populares)/ deferimento da liminar determinando o retorno das casas para a comissão de habitação.

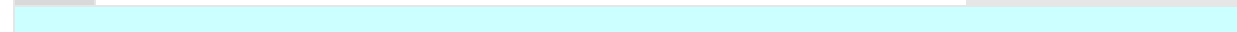
Pólo Alta Floresta	Alta Floresta: Priorização dos Inquéritos Policiais Atendimentos freqüentes aos conselheiros tutelares nos municípios do Pólo
Pólo Juína	Juína: Combate às irregularidades na Cadeia Pública e usurpação de função Instauração de procedimento investigatório. Fiscalização da atuação do CIRETRAN Instauração de procedimento investigatório. Fiscalização da aplicação de recursos públicos Instauração de 13 procedimentos investigatórios; proposta 01 ação de improbidade. Aripuanã: Afastamento de Delegado e Escrivão da Polícia Judiciária Civil envolvidos com ilegalidades Ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o delegado e o escrivão da Polícia Judiciária Civil.
Pólo Sinop	Concluir investigações e inquéritos iniciados entre 1999 a 2002 Sinop – não esgotados todos os procedimentos. Porto dos Gaúchos e Tabaporã Foram expedidas notificações recomendatórias para regularização das contratações temporárias, surtindo efeitos positivos; foram expedidas notificações recomendatórias para a moralização no que tange aos nomes atribuídos aos bens e obras públicas, com efeitos positivos; quanto aos inquéritos civis, todos estão em normal andamento, inexistindo procedimentos pendentes anteriores a 2002; Há inquérito civil em curso, na comarca de Porto dos Gaúchos, relativo à utilização de veículo adquirido com verbas provenientes do FUNDEF que estava sendo utilizado indevidamente, isto é, para finalidades diversas.
Pólo Tangará da Serra	Propostas Ações Cíveis Públicas que originaram em Ação Penal contra ex-prefeito, resultando em prisão preventiva.

	Brasnorte: Ação de improbidade administrativa contra ex-prefeito e membros da comissão de licitação.
Pólo Diamantino	Combate à improbidade administrativa São José do Rio Claro: Prosseguimento aos IC's instaurados; Instauração de outros 06 (seis) procedimentos investigatórios. Diamantino: Prosseguimento aos IC's instaurados. Autuação de peças de informação acerca de supostas irregularidades praticadas pelo Prefeito Municipal de Diamantino para a realização da festa de 180 dias de Administração Municipal. Autuação de peças de informação de irregularidades na administração do Prefeito Municipal de Alto Paraguai. Inquérito civil instaurado para apuração de irregularidades nas contas do município de Alto Paraguai, referente ao exercício de 2002. Inquérito civil instaurado para apurar atos de improbidade consistente na promoção pessoal à custa do município de Diamantino. Autuação de peças de informação acerca de contratação de servidores em desacordo com as disposições legais. Peças de informação em relação ao superfaturamento nas obras da reforma do Prédio da Cadeia Pública. Nortelândia: Procedimento administrativo investigatório visando apurar irregularidades nos contratos de prestação de serviços. 02 (dois) procedimentos administrativos investigatórios visando apurar irregularidades na administração pública municipal. Procedimento administrativo investigatório visando apurar irregularidades na administração pública – Câmara Municipal.

Pólo Primavera do Leste	Concluir investigações e inquéritos iniciados entre 1999 a 2002 Em fase de conclusão. Atuação junto aos Conselhos Gestores e demais órgãos de fiscalização, visando abrir um canal de comunicação, viabilizando a troca de informações. Medida alcançada no Pólo.
Pólo Rondonópolis	Fiscalização do mau uso do patrimônio público: Exame, investigação e propositura de ação/arquivamento de inquéritos civis/procedimentos investigatórios acumulados, realização de freqüentes reuniões e notificações de acompanhamento e orientação junto ao poder público municipal.



PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Intensificação da atuação na defesa da Ordem Tributária	Área: 6. Defesa da Ordem Tributária
	Objetivo Específico: Combater todos os atos contra a Ordem Tributária comunicados ou que, de alguma forma, chegarem ao conhecimento do Ministério Público.	
	Meta Física: Casos Apurados	



Medidas Priorizadas - 2005

1. Implantar a Promotoria de Defesa da Administração Pública e da Ordem Tributária

2. Zerar o estoque de Procedimentos Preliminares de Investigação que se encontram aguardando distribuição e análise desde novembro/2002.

3. Conhecer e zerar o estoque de Inquéritos que apuram crimes contra a ordem tributária e administração pública existentes nas comarcas do interior do Estado



Ações Realizadas / Resultados Alcançados - 2005

12ª Promotoria da Capital – Promotoria de Defesa da Administração Pública e Ordem	Conhecer e zerar o estoque de Inquéritos que apuram crimes contra a ordem tributária e administração pública existentes nas comarcas do interior do Estado. Encaminhamento de Ofício Circular para as todas as Promotorias do Interior buscando informações para conhecer a quantidade de IP's que apuram crimes contra a administração pública e ordem tributária que se
--	--

Tributara	encontram em trâmite nas referidas Promotorias e a necessidade do auxílio da Coordenadoria. Implantar a Promotoria de Defesa da Administração Pública e da Ordem Tributária As obras de ampliação do espaço físico ocupado por esta Promotoria foram concluídas; A matriz de negócios e a missão da Promotoria de Defesa da Administração Pública e da Ordem Tributária estão sendo adequadas. O mobiliário da Promotoria foi substituído; Referidas medidas propiciaram substancial melhoria nas condições de trabalho, com importante reflexo nos resultados procurados. Zerar o estoque de Procedimentos Preliminares de Investigação que se encontram aguardando distribuição e análise desde novembro/2002. Foi designado um colaborador para trabalhar exclusivamente nas PPI's oferecendo denúncia e elaboração de ações civis públicas e acompanhando a tramitação das ações da máfia do fisco.
------------------	--

PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Investigação dos casos de crime organizado	Área: 7. Crime organizado
	Objetivo Específico: Intensificar o combate ao crime organizado	
	Meta Física: Casos Apurados	
Medidas Priorizadas - 2005		
1. Combate ao trabalho escravo		
2. Combate à pirataria		
3. Combate à corrupção policial		
4. Elaborar um projeto de criação no Estado de Mato Grosso de um programa de proteção a vítimas e testemunhas		

Ações Realizadas / Resultados Alcançados - 2005		
GAECO	Combate ao Trabalho Escravo A competência criminal é do Ministério Público Federal e o MPE pode auxiliar nas investigações preliminares que vier ao conhecimento da comarca. Iniciado estudo de viabilidade para realização de convênio entre o MPT, MPF e MPE definindo o papel de todos os entes no assunto em pauta.	
	Combate à pirataria Destruição de CDs e fitas Cassetes apreendidas em 2004; Monitoramento de casos pontuais de pirataria, tendo em vista que a Delegacia de Consumidor - DECON, já vem realizando um trabalho nessa área.	
	Combate à corrupção policial Foi oferecida denúncia criminal contra policiais militares e iniciados um total de 04 procedimentos preliminares investigatórios.	
	Elaborar um projeto de criação no Estado de Mato Grosso de um programa de proteção a vítimas e testemunhas Elaborado a minuta do projeto de criação no Estado de Mato Grosso de um programa de proteção a vítimas e testemunhas.	
Pólo Sinop	Combate à corrupção policial Claúdia – Trabalho diário do Promotor de Justiça nas investigações acerca de denúncias de corrupção da polícia civil.	
Pólo Primavera do Leste	Combate ao Trabalho Escravo Medida alcançada	
PA 2004/2007	Projeto/Atividade: Intensificação da atuação no MP na área da Infância e Juventude	Área: 8. Infância e Juventude
	Objetivo Específico: Desenvolver ações de proteção às crianças e adolescentes	
	Meta Física: Promotorias atuando na área da infância e Juventude	

Medidas Priorizadas - 2005	
1. Promover medidas visando o cadastramento das entidades que lidam com crianças e adolescentes no CMDCA e identificar as entidades em situação irregular em 100 % dos municípios.	
2. Promover medidas visando a instalação e ou ampliação de programas e espaços destinados ao cumprimento de medidas sócio educativas e medidas de proteção abrangendo 100 % dos municípios.	
Ações realizadas/Resultados Alcançados - 2005	
Pólo Alta Floresta	Promover medidas visando o cadastramento das entidades que lidam com crianças e adolescentes no CMDCA e identificar as entidades em situação irregular em 100 % dos municípios Colíder: Está sendo construída uma sala para internação provisória com recursos da comunidade, tendo como Medidas Propostas o acompanhamento das construções das obras para que se adequem às normas do ECA.
Pólo Juína	Juína: Combate ao abuso sexual contra adolescentes Procedimento Investigatório instaurado pelo MP/ Busca apreensão e Ação Penal proposta. Cotriguaçu: Fiscalizar o trabalho infantil em bares, danceterias e congêneres Visitas surpresas com acompanhamento da Polícia Militar/ redução do trabalho infantil. Implantar o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente Reunião com os conselheiros eleitos para estabelecer diretrizes e prioridades.
Pólo Sinop	Promover medidas visando o cadastramento das entidades que lidam com crianças e adolescentes no CMDCA e identificar as entidades em situação irregular em 100 % dos municípios. Sinop: O Ministério Público faz o acompanhamento das entidades, não há irregularidades. Promover medidas visando à instalação e ou ampliação de

	programas e espaços destinados ao cumprimento de medidas sócio educativas e medidas de proteção abrangendo 100% dos municípios Porto dos Gaúchos e Tabaporã - Trabalho coordenado entre o MP e conselhos municipais dos direitos da criança e adolescente para a construção de casas de abrigo ou casas de passagem; o MP destina verbas de oriundas de transações penais para o Fundo criado especificamente para tal finalidade; na comarca de Porto dos Gaúchos foi firmada portaria regulamentando o horário máximo de permanência de crianças e adolescentes desacompanhados de seus responsáveis legais em ruas e eventos; para os adolescentes que desejam participar ou ingressar em qualquer evento social no período noturno exige-se autorização escrita dos pais, recolhida pelo Conselho Tutelar na portaria das festas, tal medida reduziu consideravelmente o número de Atos Infracionais e tem auxiliado no controle à prostituição infantil.
Pólo Primavera do Leste	Promover medidas visando o cadastramento das entidades que lidam com crianças e adolescentes no CMDCA e identificar as entidades em situação irregular em 100% dos municípios. Em fase de conclusão. Promover medidas visando à instalação e ou ampliação de programas e espaços destinados ao cumprimento de medidas sócio educativas e medidas de proteção abrangendo 100% dos municípios Alcançada parcialmente quanto às medidas de proteção e não alcançada quanto às medidas sócio-educativas. Primavera do Leste: Estreitamento do relacionamento com as Escolas, com a finalidade de promover medidas protetivas junto a crianças e adolescentes de mau comportamento, mas que não caracterizam ato infracional, sempre visando o acompanhamento por profissionais da área de saúde, sobretudo psicólogo e comportamental, conjugando a ação com o encaminhamento da família para o acolhimento por programas sociais. Busca-se também a reestruturação familiar, inclusive, e se necessário, com o afastamento do menor e seu abrigamento em entidade. Paralelamente a atuação criminal nos casos de exploração sexual, aplica-se MSE às menores, com inserção em tratamento psicológico, com realização de testes vocacionais e acompanhamento familiar.

Pólo Rondonópolis		Infância e juventude: medidas de proteção (combate à prostituição infanto-juvenil e evasão escolar) Reunião com Conselho Tutelar
PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Operacionalização das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente	Área: 9. Meio Ambiente
	Objetivo Específico: Desenvolver ações de proteção ao meio ambiente nos municípios	
	Meta Física: % de município atingido	
Medidas Priorizadas - 2005		
1.Exigência da adequada disposição dos resíduos sólidos, com instalação e licenciamento de aterros sanitários e combate aos "lixões", mediante Notificações Recomendatórias, Termo de Ajustamento de Conduta e se necessário, ACP		
2.Exigência da adequada coleta e do recolhimento dos efluentes domésticos e industriais, mediante Notificações Recomendatórias, Termo de Ajustamento de Conduta e se necessário, ACP.		
3.Interação com órgãos de defesa do meio ambiente (FEMA, IBAMA, Polícia Florestal e Secretarias Municipais)		
4. Combater a poluição e degradação produzida pelas indústrias de calcário e cimento		
Ações realizadas/Resultados Alcançados - 2005		
Pólo Alta Floresta	Exigência da adequada disposição dos resíduos sólidos, com instalação e licenciamento de aterros sanitários e combate aos "lixões", mediante Notificações Recomendatórias, Termo de Ajustamento de Conduta e se necessário, ACP. Colíder / Alta Floresta: Está sendo viabilizado ajustamento de conduta para instalação de local apropriado para descarte de resíduos sólidos. Combate à extração e transporte irregular de produtos florestais Alta Floresta: Intensificação das fiscalizações mediante expedição de requisições aos órgãos competentes.	

	Guarantã do Norte: Realização de trabalho em conjunto com a SEMA, pedindo busca e apreensão junto às propriedades, visando inibir a extração ilegal de madeira dentro do Parque Cristalino. Combate às queimadas e desmatamento Alta Floresta / Paranaíba: Instauração de IC visando identificar as causas e adoção de medidas preventivas e repressivas. Realização de audiências públicas. Oficina de trabalho com os Promotores do pólo com discussões acerca das questões ambientais, com o apoio do CEAF e CAOP. Combate à poluição sonora Apiacás: Intermediou a construção de uma barreira acústica numa usina termelétrica da Rede Cemat no município de Nova Bandeirantes cuja inauguração está prevista para novembro/05.
Pólo Sinop	Interação com órgãos de defesa do meio ambiente (FEMA, IBAMA, Polícia Florestal e Secretarias Municipais) Sinop – Parceria através de contato direto com o responsável (SEMA) que prontamente atende as solicitações ministeriais.
Pólo Juína	Juína: Combate da poluição sonora e salubridade em bares e boates Instauração de 02 procedimentos investigatórios e 02 Termos de Ajustamento de Conduta. Fiscalização do sistema de tratamento dos resíduos industriais do Frigorífico de Juína Instauração de procedimento investigatório/Termo de Ajustamento de Conduta. Proteção de área de preservação permanente no distrito de Fontanilas Instauração de procedimento investigatório. Intervenção junto ao município para a construção do Aterro Sanitário Instauração de procedimento investigatório/Termo de Ajustamento de

	Conduta. Levantamento dos riscos à população em relação instalação da subestação REDE Instauração de procedimento investigatório. Aripuanã: Preservação do Salto das Andorinhas e do Salto de Dardanelos, bem como da fauna e flora da região Ajuizamento de ação cautelar e ação civil pública ref. AHE Dardanelos. Desmatamento de floresta Requisição de instauração de inquérito e diligências. Cotriguaçu: Fiscalizar a implantação do aterro sanitário de Cotriguaçu Termo de Ajustamento de Conduta.
Pólo Primavera do Leste	Interação com órgãos de defesa do meio ambiente Medida alcançada no pólo Urbanização: Acompanhamento em Primavera do Leste da regularização de loteamentos antigos. Medidas em Paranatinga referentes a compelir o Município a atuar de forma efetiva no combate à poluição sonora.
Pólo Rondonópolis	Quantificação e qualificação do sistema de deposição de resíduos sólidos: Gestão junto à autarquia municipal responsável pelo recolhimento e destino final de lixo (com reuniões, audiência pública e inspeções), resultando tanto no aperfeiçoamento do atual lixão, com a contratação de engenheiro sanitário, como elaboração de projeto de aterro sanitário adequado, estando em fase de viabilização financeira e licenciamento ambiental. Fiscalização e integração dos órgãos ambientais Realização de freqüentes reuniões e solicitações de acompanhamento e orientação junto aos órgãos de fiscalização ambiental, destacando-se a

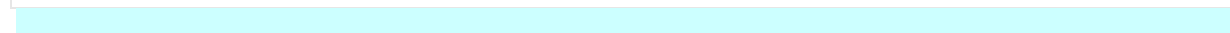
	atuação abrangente e eficiente do Juvam de Rondonópolis, atuante em toda região sul do Estado, sozinho ou em conjunto com os demais órgãos de fiscalização.
Cuiabá – 20^a Promotoria de Justiça	. Disciplinamento do uso do solo; controle do parcelamento do solo e edificação; conservação do solo, controle de disposição de resíduos, controle e erosão, retenção especulativa de imóvel e deterioração das áreas urbanizadas. a) Geap: 00670-02/2005 – TAC assinado para disciplinamento do uso do solo por condomínio horizontal. b) Acompanhamento de TAC firmado com o condomínio Alphaville – Cuiabá – ocupação irregular do solo em condomínio horizontal. c) Acompanhamento de procedimento administrativo – uso privado de espaços públicos destinados a estacionamento e trânsito de pedestre (Geap: 000126-02/2003); d) Acompanhamento de procedimento administrativo – poluição atmosférica decorrente de empreendimento de fundição (Geap: 001328-02/2004); e) Propositura de Ação de Execução do TAC firmado com a empresa VM Thermas Hotel – ocupação de APP. (Processo nº 43/2005-VEMA) f) Instauração de procedimentos para investigação de danos ambientais em decorrência das construções de condomínios horizontais e verticais: Geap – 000372-02/2005; Geap – 000618-02/2005; Geap – 001145-02/2005; Geap – 000709-02/2005; g) Procedimento administrativo que visa assinatura de TAC para regularização do bairro Jardim Renascer, originário de ocupação irregular, com ações de saneamento, regularização de títulos, regularização de áreas de preservação permanente, compensação de área verde ocupada, e participação da Prefeitura, SANECAP, SMADES, Estado de Mato Grosso, população local e dos proprietários da área. (Geap: 001167-02/2005) h) Procedimento administrativo que visa assinatura de TAC que visa a recomposição da vegetação ciliar, manutenção das linhas de drenagem natural, implantação de serviços públicos de coleta, tratamento e

	destinação final de esgoto, parcelamento e uso do solo e recuperação da lagoa do Centro Político Administrativo, dentre outras medidas necessárias, com participação da SEMA, SINFRA, Prefeitura, SANECAP, Estado de Mato Grosso. i) Procedimento administrativo que visa a investigação de realização de obra sem elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, intervenções realizadas de modo a seccionar uma cabeceira de um córrego intermitente, supressão indevida de área de preservação permanente (Geap: 000679-02/2005) j) Propositura de ACP n.º 42/2005 – regularização de uso de passeio público. (Drogaria Nippon) l) Propositura de ACP n.º 60/2005 – utilização irregular de bem de uso comum do povo e falta de estudos ambientais para construções com potencial degradação do meio ambiente. (Passarela shopping três américas). m) Propositura de ACP n.º 14/2005 – reparação de danos ao meio ambiente. (Bairro Jardim Itália II). n) Propositura de ACP n. 340/2005 – irregularidades nos estudos do EIA/RIMA do AHE – dardanelos, proposta em conjunto com a Promotoria de Aripuanã. o) Propositura de ACP em conjunto com a Promotoria de Aripuanã e Ministério Público Federal para impedir realização de licitação do empreendimento UHE – dardanelos. p) Acompanhamento de ACP n.º 003/99 – efluentes de veículos sem tratamento – manifestação da 20ª PJDMA pelo julgamento de procedência da Ação e confirmação dos efeitos da antecipação da tutela (30.10.2005 – juntada da cota ministerial). q) Acompanhamento da ACP n.º 2003/130 – ocupação irregular de APP e irregularidade em área verde – impugnação da 20ª PJDMA às contestações apresentadas e requerimento de audiência preliminar (18.10.2005 – juntada da cota ministerial – processo com carga no gabinete do juiz). r) Acompanhamento da ACP n.º 008/2004 – utilização irregular de bem de uso comum do povo, invasão de área de preservação permanente, construções com potencial impacto de degradação ambiental sem os
--	--

	devidos estudos ambientais – manifestação da 20ª PJDMA pela execução do acordo estabelecido em audiência (deferimento da medida pelo juiz da causa – início da execução dos estudos previstos para 21.11.2005). s) Parecer em ACP proposta pela Prefeitura de Cuiabá – danos ao meio ambiente decorrente de utilização irregular de terreno particular – manifestação da 20ª PJDMA pelo julgamento antecipado da lide (18.10.2005 – juntada da cota ministerial – processo com carga no gabinete do juiz). t) Expedição de notificação recomendatória ao prefeito de Cuiabá sobre irregularidades no uso de espaço publicitário em áreas verdes de canteiros centrais (Geap: 000002-02/2005). u) Acompanhamento da ACP n.º 2000.36.000106495, proposta em conjunto com o Ministério Público Federal – EIA/RIMA único da hidrovía paraná-paraguai – Elaboração pela 20ª PJDMA de contra-razões dos recursos de apelação interpostos. v) PPG 7 – Não houve a celebração do convênio do PPG 7, uma vez que o procedimento de assinatura encontra-se em andamento, razão pela qual não foram realizadas as atividades planejadas. x) Além das atividades supracitadas, foram realizadas audiências realizadas com o fim de instrução de procedimentos administrativos. OBS. Não foram relacionadas as ações, manifestações e procedimentos criminais.
--	--

PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Monitoração do grau de satisfação no atendimento ao cidadão	Área: 10. Atendimento ao Cidadão
	Objetivo Específico: Garantir ações de melhorias no atendimento ao cidadão	
	Meta Física: Pesquisa realizada Jan/05 a março/05	

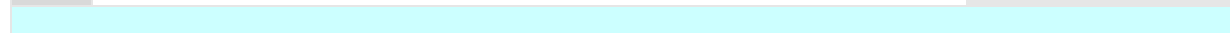
Medidas Priorizadas - 2005	
1. Intensificar a divulgação, perante a sociedade, dos direitos e deveres dos cidadãos e o papel do M.P.	
2. Conhecer o nível de Satisfação do atendimento ao cidadão	



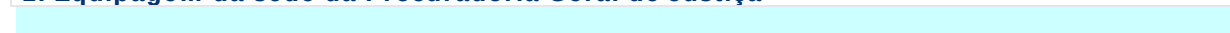
Ações Realizadas/Resultados Alcançados - 2005	
Assessoria de Imprensa	Intensificar a divulgação, perante a sociedade, dos direitos e deveres dos cidadãos e o papel do M.P. Contatos e divulgação na mídia local e nacional, jornal e rede de televisão de resultados da atuação do Ministério Público. Articulação política, sócio-econômica de assuntos e eventos de interesse da instituição. Recepção da imprensa com informação e todo apoio logístico necessário para a realização de reportagens. Fotografia e gravação de eventos.
Gestão e Imprensa	Conhecer o nível de Satisfação do atendimento ao cidadão Medida não realizada/alcançada e mantida para implementação em 2006.



PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Construção e Equipagem da Sede PGJ – 2ª etapa	Área: 11. Construção
	Objetivo Específico: Dotar a instituição de instalações físicas necessárias para o funcionamento	
	Meta Física: Sede da PGJ ampliada e equipada	



Medidas Priorizadas-2005	
1. Equipagem da sede da Procuradoria Geral de Justiça	



Ações realizadas/Resultados Alcançados	
Diretoria Geral	Medida alcançada com a equipagem da nova sede da Procuradoria Geral de

	Justiça em seu anexo II.	
PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Implantação e Implementação técnica de Promotorias de Justiça	Área: 12. Implantação de Promotorias
	Objetivo Específico: Dar melhores condições de atendimento ao cidadão	
	Meta Física: Promotoria implantada e implementada	
Medidas Priorizadas - 2005		
1.Construir e equipar Promotorias de Justiça da Capital, entrância especial e Interior(1a. Entrância)		
Ações Realizadas/Resultados Alcançados - 2005		
Diretoria Geral	Conclusão da construção da sede da Promotoria de Justiça no município de Chapada dos Guimarães.	
	Construção de Promotorias de Justiça (em fase de formalização de convênios) nos municípios de Guarantã do Norte, Campo Verde, Pedra Preta e Nova Mutum.	
	Promotorias de Justiça em construção: Colíder, Juína, Diamantino, Poconé e Juara.	
	Reformas e ampliações em Promotorias de Justiça nos municípios de Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Sorriso, Primavera do Leste.	
PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Implantação do Centro de Apoio Operacional - CAOP	Área: 13. CAOP
	Objetivo Específico: Assegurar suporte e apoio técnico às promotorias e procuradorias	
	Meta Física: CAOP implantado; Coordenadorias de áreas criadas.	

Medidas Priorizadas - 2005		
1.Estruturação do Núcleo de Perícias		
Ações Realizadas / Resultados Alcançados - 2005		
CAOP	Ampliação do quadro de contadores e engenheiro florestal, com a aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Salário da Procuradoria Geral de Justiça. Ampliação do Convênio de Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Mato-Grosso; além de outros com o IBAMA e o CEFET. Estruturação do Núcleo de Perícia Contábil, devendo ser analisado a situação dos outros profissionais técnicos. Implantado o sistema de Gerenciamento eletrônico de perícias, através dos procedimentos operacionais do Núcleo de Perícias já existentes. A estruturação física do CAOP foi concluída no que se refere à Perícia Contábil, no entanto, na área de pesquisa, embora o espaço tenha sido definido encontra-se em andamento. Total de Pesquisas realizadas: 673	
PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Implantação da Administração Gerencial	Área: 14. Administração Gerencial
	Objetivo Específico: Aprimoramento do desempenho institucional	
	Meta Física: Unidade com meta estabelecida	
Medidas Priorizadas - 2005		
1. Manutenção e melhoria do Gerenciamento da Rotina		
2. Gestão do Planejamento Descentralizado		
3.Captação e elaboração de novos projetos/convênios		

Ações Realizadas / Resultados Alcançados - 2005	
Departamento de Planejamento e Gestão	Manutenção e melhoria do Gerenciamento da Rotina Esta medida é contínua e foi priorizada a área meio da instituição; Iniciado o gerenciamento da Rotina na Central de Inquéritos e no Núcleo de Ações de Competências Originárias – NACO. Gestão do Planejamento Descentralizado Revisada e ajustada a metodologia de elaboração de planejamento e aplicada na instituição para a elaboração do Plano de Trabalho Anual e orçamento 2006 Captação e elaboração de novos projetos/convênios Os seguintes Convênios foram formalizados pelo Departamento: Convênio de Cooperação entre o MP e a FUFMT; Fundação Universidade de Mato Grosso – UNEMAT; CESUR; UNIC; UNED. Convênio de Cessão de Pessoal como Município de Várzea-Grande. Termo de Cessão de espaço físico entre a Instituição Educacional Mato-grossense – IEMAT, mantenedora do Centro Universitário UNIVAG. Termo de Cooperação técnica com a Escola de Governo, SETEC, PROSOL tendo como interveniente a SETEC; SEDUC; UFMT; Tribunal de Contas do Estado de Mato-Grosso; Secretaria de Estado de Saúde – SES, através da Auditoria do SUS. Acordo de Cooperação Técnica com o CEFET-MT; com a União, através da 2ª Superintendência Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal/Ministério da Justiça. Convênio de Cooperação interinstitucional Multilateral entre o MPE/SEMA/UFMT/UNISELVA/UNESCO/EMPAER/PREF. ALTO SÃO LOURENÇO/FAMATO/FUND. SOCIO CULTURAL AMBIENTAL VALE DO SOL. Termo de Convênio entre o MPE e SEDUC. Convênio entre o governo do Estado de MT, Instituto de Metrologia e

	qualidade de MT-IMEQ-MT, Secretaria Municipal de meio ambiente de Cuiabá, Juizado Volante ambiental – JUVAM, Procuradoria Geral de Justiça através da Promotoria de Justiça de Defesa do meio ambiente, Delegacia especializada de defesa do meio ambiente e o Batalhão de trânsito de Cuiabá. Termo de Parceria entre o MPE, Tribunal de Justiça do estado de MT, Defensoria Pública de MT, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/MT.
--	--

PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Implantação da Política de Gestão de Pessoas	Área: 15. Implantação da Política de Gestão de Pessoas
	Objetivo Específico: Desenvolver um novo padrão de desempenho que vincule o comportamento no trabalho ao alcance dos objetivos estratégicos da instituição	
	Meta Física: Política implantada	
Medidas Priorizadas - 2005		
1. Acompanhar a gestão de Desempenho		
2. Elaborar um Plano de Desenvolvimento de Pessoas		
3. Implantar Programa de Qualidade de Vida		
4. Executar a Política de Gestão de Pessoas		
5. Instituir um Sistema de Previdência Social		
Ações Realizadas / Resultados Alcançados - 2005		
Departamento de Gestão de Pessoas	Acompanhar a gestão de Desempenho Criada uma nova comissão para avaliar a metodologia atual e aplicar a Avaliação de desempenho. Elaborar um Plano de Desenvolvimento de Pessoas Participação na capacitação “Levantamento de Necessidade de Capacitação – LNC”; As demais ações foram mantidas para 2006	

		Implantar Programa de Qualidade de Vida Realização do Programa de Integração de servidores – Integra-MP em outubro; As demais ações foram mantidas para 2006. Executar a Política de Gestão de Pessoas Realização do acompanhamento de histórico funcional; Formação de uma Comissão para atualização do Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores; As demais ações foram mantidas para 2006. Instituir um Sistema de Previdência Social Medida não priorizada e mantida para 2006.
PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Implantação do modelo de Gestão de TI	Área: 16. Tecnologia de Informação
	Objetivo Específico: Otimizar os resultados operacionais, administrativos e estratégicos da Instituição com uso compartilhado de recursos tecnológicos	
	Meta Física: Modelo de gestão implantado	
Medidas Priorizadas - 2005		
1. Implantar rede corporativa		
2. Implantar Política de Segurança da Informação		
3. Implementação e legalização de software		
4. Certificação e assinatura digital para documentos forenses		
Ações Realizadas/Resultados Alcançados - 2005		
Departamento de Tecnologia da Informação	Implantar rede corporativa Efetivação do bloco C da sede da Procuradoria Geral de Justiça, num total de 600 pontos estruturados; Expansão da rede lógica de 08 Promotorias de	

		Justiça; Instalação de rede lógica em 05 Promotorias; efetivação de 45 pontos da INFOVIA. Implantar Política de Segurança da Informação Realização do 1º Encontro de Segurança da Informação do Ministério Público; efetivação do Comitê de Segurança da Informação; Realização de Análise de risco nos ativos; Divulgação da Política de segurança com campanha institucional. Implementação e legalização de software Implantação de novo sistema de Anti-Vírus e Firewall ; Implantação do novo Portal Inteligente do Ministério Público do Estado de Mato-Grosso. Certificação e assinatura digital para documentos forenses Estudos de viabilidade financeira para implantação em 2006 Desenvolver e implantar Sistema de informação da área meio e fim Consolidação dos sistemas da área meio(Folha de pagamento, Material e Patrimônio, Gestão de Frotas, Gestão de diárias) e área fim (sistemas de gerenciamento eletrônico de processos judiciais e administrativos – GEDOC e GEAP)
PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Orientação e Fiscalização do cumprimento das metas institucionais	Área: 17. COGER
	Objetivo Específico: Conhecer as necessidades e o desempenho local	
	Meta Física: Unidades Monitoradas	
Medidas Priorizadas - 2005		
1. Definir e implementar sistemática de informações gerenciais produzidas pelas promotorias		
Ações Realizadas/ Resultados Alcançados - 2005		
Corregedoria Geral	1 – Criação do Portal da Corregedoria;	
	2 - Contato interativo, direto e freqüente da Corregedoria com os Promotores	

	de Justiça (correições, telefones, finais de semana e feriados), dando respaldo a questionamentos institucionais, administrativos, orçamentários, bem como jurídicos (de direito material e processual), a refletir o acompanhamento ininterrupto dos trabalhos dos Promotores de Justiça; 3 - Realização de Correições em todas as Promotorias de Justiça do interior do Estado, até o final de 2005. 3.1–Verificação da demanda de trabalho de cada Promotor de Justiça, orientação e repasse de experiências bem sucedidas de outras Promotorias, 3.2- Designação de Promotores de Justiça, consoante as necessidades de serviço. 3.3- Confeccção das atas de correição <i>in loco</i> e inserção das mesmas nas fichas funcionais dos Promotores de Justiça, disponíveis no Portal da COGER. 3.4- Aferição durante as correições de dados relativos à estrutura física das Promotorias (se instalada em sede própria ou não, se possuem móveis, computadores, fax e telefone, a quantidade e qualidade destes, se conta com internet, etc..), número de servidores lotados nas mesmas, reivindicações propostas, número de processos que tramitam pela comarca. 3.5- Orientação acerca da inserção pelos Promotores de Justiça nos Relatórios mensais, de atividades extrajudiciais, audiências públicas, palestras proferidas, participação em cursos e reuniões juntamente com a sociedade civil organizada. 4 – Designação de Promotores de Justiça de comarcas que estão com os trabalhos em dia para auxiliarem aqueles Promotores que estão com trabalhos acumulados, a exemplo de Pontes e Lacerda e Comodoro.	
PPA 2004/2007	Projeto/Atividade: Identificação e atendimento das necessidades de aperfeiçoamento funcional	Área: 18. CEAF
	Objetivo Específico: Atender a demanda de capacitação pelo Plano de Desenvolvimento Individual e pelas metas das unidades	
	Meta Física: Pessoal Capacitado	

Medidas Priorizadas - 2005	
1. Implementar o Projeto Memória	
2. Reestruturar a Biblioteca	
3. Institucionalizar e implantar Oficinas de Trabalho	
4. Firmar Convênios/contratos para realização de capacitações, cursos de especialização e eventos em geral	
Ações Realizadas/Resultados Alcançados - 2005	
CEAF	Implementar o Projeto Memória Criação de uma Comissão formada por membros aposentados e na ativa e servidores. (Ato 305/2005-PGJ de 29/06/2005) A Comissão instituída contará com o suporte logístico do CEAF Reestruturar a Biblioteca Ampliação do acervo; As ações de reestruturação ficaram prejudicadas, uma vez que o espaço físico reservado para reestruturar a Biblioteca foi utilizado para abrigar outras Unidades Administrativas. Institucionalizar e implantar Oficinas de Trabalho Sinop (23 e 24/07/2005) – 21 Promotorias. Juína – GEVAJU – (06/08/2005) -5 Promotorias. Barra do Garças – GEVA (27/08/2005) – 9 Promotorias. Cáceres (24/09/2005) – 19 promotorias. Alta Floresta (05/11/2005) – 10 Promotorias. Firmar Convênios/contratos para realização de capacitações, cursos de especialização e eventos em geral Convênios firmados com: Escola de Governo (25 Servidores) CPC Marcato (40 servidores cursando) UNIVAG (32 concluíram o curso de graduação em Educação Tecnológica em Gestão do Serviço Público -julho/05- e 3 cursando) Fundação Escola Superior do Ministério Público/MT Cursos: 47, sendo 17 realizados pela Escola de Governo Treinamentos: 07 Seminários/Eventos/Encontros/Palestras: 31 Oficinas de Trabalho: 05

Ações Realizadas/ Resultados Alcançadas do Núcleo de Ações de Competências Originárias – NACO	
PRINCIPAIS IMPLEMENTAÇÕES OCORRIDAS NO ANO DE 2005	1 – Organização do patrimônio físico do NACO com inventário com todos os procedimentos e inquéritos existentes no núcleo, o que se deu em função da informatização do setor. 2 – Aperfeiçoamento do gerenciamento das informações relacionadas aos feitos judiciais e extrajudiciais de atribuição do setor, o que possibilitou o acompanhamento em tempo real de todos os acontecimentos processuais e extraprocessuais. 3 – Monitoração da produtividade do Setor com a criação de relatórios eletrônicos. 4 – Mobilização e, em vários casos, solução de procedimentos administrativos e inquéritos em alguns casos paralisados há mais de 15 anos. 5 – Apoio as Promotorias de Justiça através: a) da atualização, via e-mail, da jurisprudência local e nacional pertinente aos delitos que compõem as atribuições deste núcleo; b) remessa de minutas de denúncias e outras peças elaboradas por esta Procuradoria de Justiça Especializada.
ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO	Considerando que o trabalho desenvolvido pelas Promotorias de Justiça da Capital e do interior na apuração da prática de atos de improbidade administrativa por agentes públicos, repercute na atuação desta Procuradoria de Justiça Especializada na área penal, na hipótese de agente detentor de foro por prerrogativa de função, a estratégia pensada é a de aproximação entre o trabalho desenvolvido nesta Procuradoria de Justiça Especializada e aquele

	desempenhado pelos Promotores de Justiça da Capital e do interior, com o estreitamento da comunicação entre os órgãos, através das seguintes práticas: a) Na hipótese de desvio de verbas públicas por Prefeito Municipal, a primeira pergunta a ser feita é a respeito da competência/atribuição para atuar no feito. Tratando-se de verbas oriundas de órgão federal, com prestação de contas perante o TCU, a competência será da Justiça Federal, logo, a atribuição para atuar no feito pertencerá ao Ministério Público Federal. Antes, porém, de remeter o procedimento ao MPF, deverá o Promotor de Justiça certificar-se de que o encaminha o máximo de documentos possível, a fim de facilitar e agilizar a atuação daquele órgão. b) Evidenciada a improbidade administrativa pelo órgão ministerial de 1º Grau, e, eventualmente constatada a ocorrência de ilícito penal do âmbito desta Procuradoria, deve o Promotor de Justiça encaminhar cópias do que houver sido apurado a este Núcleo; c) Uma vez definida a competência estadual, havendo necessidade, ressalvadas as hipóteses de crime praticado por magistrado ou membro desta instituição, o Promotor de Justiça deverá requisitar à autoridade policial local a instauração de inquérito policial para apurar os fatos – a fim de que sejam colhidos os dados e elementos necessários para subsidiar futura atuação desta Procuradoria – uma vez que o foro por prerrogativa de função se aplica tão-só à fase processual, iniciada com a apresentação da denúncia, não retirando da autoridade policial local a presidência das investigações.
COMPARATIVOS	ANTES DA RESOLUÇÃO Nº 006/2003 • Ausência de informatização do setor, o que: - Comprometia o gerenciamento do número de procedimentos e ações relacionadas ao setor; - Acarretava a imobilidade dos procedimentos/inquéritos do setor, gerando, em inúmeros casos, a prescrição da pretensão punitiva, engessando a atuação ministerial; e,

	- Estrutura funcional incompatível com o volume de insumos; DEPOIS DA RESOLUÇÃO Nº 006/2003 • Informatização do setor, o que: ▪ Permitiu o conhecimento do número exato de procedimentos/inquéritos/processos relacionados ao setor; ▪ Possibilitou o gerenciamento das informações e acompanhamento, em tempo real, das fases de todos os feitos, judiciais, extrajudiciais, pertencentes ao setor; ▪ Gerou o impulsionamento de feitos antes imobilizados, com o pedido de arquivamento em alguns casos e instrução de outros; • Ampliação dos recursos humanos para atender às necessidades do setor; • Controle da produtividade do setor, através da adoção do sistema GEAP; e, • Apoio às Promotorias de Justiça do interior.
DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS DO ÚLTIMO BIÊNIO	Desde a sua regulamentação, em 2003, o Núcleo de Ações de Competências Originárias passa por um processo de estruturação gradativa que tem como pontos cruciais: A informatização do setor, com o registro de todos os procedimentos administrativos investigatórios e processos judiciais no sistema eletrônico GEAP; eleito entre o GEDOC e o SEAP por melhor atender às necessidades peculiares à Procuradoria Especializada, permitindo, inclusive, o acompanhamento da produtividade dos Assessores; Recuperação, no acervo do NACO, de cerca de 160 feitos (procedimentos administrativos investigatórios, inquéritos policiais) que permaneciam

	“arquivados” no interior dos armários do núcleo, sem qualquer impulso/movimentação, em alguns casos, há mais de quinze anos. Dentre estes procedimentos/inquéritos, muitos, após aprofundado exame, tiveram que ser arquivados, em função do advento da prescrição da pretensão punitiva para os fatos em apuração, tendo sido posteriormente encaminhados ao Tribunal de Justiça, para conhecimento. Alguns, por extrapolarem as atribuições do setor, foram remetidos às promotorias de Justiça, com análise minuciosa e sugestão de arquivamento. Outros, foram revisados e encontrando-se com o prazo prescricional ainda em curso, mesmo quando extravasam as atribuições deste órgão, têm sido instruídos, na medida do possível, haja vista o decurso do tempo, na tentativa de responsabilização/punição de agentes públicos criminosos, que dilapidaram o patrimônio público; Apoio às Promotorias de Justiça do interior, com a análise, instrução e preparação do feito antes de sua remessa à comarca de origem dos fatos, na hipótese de atribuição que exorbite aquelas fixadas para o NACO. Assim o feito é encaminhado com completa análise dos autos e <i>opinio delicti</i> preliminar, sendo que muitas vezes, inclusive, com minutas de denúncias. Ilustra a afirmação, a denúncia proposta pela Promotoria de Justiça da Comarca de Água Boa contra o ex-Prefeito Municipal de Cocalinho, Nicanor Freires dos Santos, anunciada na última semana no site do MP, cuja minuta foi elaborada neste setor, e; • Ampliação da estrutura funcional com a inclusão de 2 (dois) Assessores Especiais, 1 (um) Analista Jurídico e 1 (um) Agente Administrativo.		
INVENTÁRIO DO NACO – 2005	• Proc. Adm. Investigatórios registrados • Ações Penais Públicas Originárias em andamento • Mandado de Segurança • Reclamação • Exceção de Suspeição • Agravo (artigo 39 – Lei nº 8.038/90) e • Agravo Regimental	240 41 04 04 03 05	

DADOS –2005	• Denúncias 13 • Manifestações em Ações Penais Públicas Originárias 153 • Manifestações em Ações Penais Privadas Originárias 08 • Manifestações em Inquérito 31 • Manifestações em Termos Circunstanciados 04 • Proposta de Transação Penal 02 • Mandado de Segurança 04 • Exceção de Suspeição 03 • Representação de Inconstitucionalidade 01 • Pedido de instauração de Inquérito 03 • Despachos instrutórios em Proc. Adm. 346 • Audiências de Oitiva 31 • Ofícios Expedidos 428 • Notificações Expedidas 34 • Pedido de arquivamento de Inquérito no TJ 07 • Pedido de arquivamento de Proc. Adm. no CSMP 16 • Pedido de arquivamento de Proc. Adm. no TJ 05 • Agravo (Interno e Regimental) 01 • Embargos de Declaração 01 • Notícia-crime ao STJ 01 • Representação ao Conselho Nacional de Justiça 04 • Reclamação 02 • Impugnação à Reclamação	

Ações Realizadas/ Resultados Alcançados do Núcleo de Apoio para Recursos aos Tribunais Superiores – NARE

1. Atendimento de prazos recursais.

1. Aumento do quadro de pessoal que agora inclui mais 02 (dois) estagiários.

	2. Solicitação de 02 computadores. 3. Informações quantitativas no demonstrativo a seguir.
2. Reestruturação física do Núcleo	Solicitações diversas incluindo aumento da sala, máquinas, armários mesas e cadeiras,
3. Obtenção de espaço no Portal	Participação de representante do Setor nas diversas reuniões realizadas no intuito de projetar o Novo Portal que já se encontrava em construção.
4. Atualização do Portal.	Tentativa de confecção de minutas dos recursos interpostos com a finalidade de embasar futuras informações.
5. Confecção preferencial das Contra-Razões de recurso envolvendo réus-presos.	Colocação em prateleira própria com recomendação de priorização aos estagiários que executam as minutas.
6. Aumento das hipóteses recursais e da integração com os membros.	Reuniões, visitas aos gabinetes, confecção de assentos alguns, já aprovados pelo Colégio e intensificação de intercâmbio entre o NARE e os membros.

DEMONSTRATIVO
NARE – 2005

Recursos Extraordinários Cíveis	9
Recursos Extraordinários Criminais	23
Recursos Especiais Criminais	50
Recursos Especiais Cíveis	9
Recursos Embargos Declaratórios	33
Recursos Agravo Instrumento STJ/STF	35
Recursos Agravo Regimental TJ/MT	22
Contra-razões Recurso Especial Criminal	41
Contra-razões Recurso Especial Cível	11
Contra-razões Recurso Extraordinário Criminal	8
Contra-razões Recurso Extraordinário Cível	4
Manifestações Recurso Ordinário	23
Contra-razões Agravo Instrumento STJ	20
Contra-razões Agravo Instrumento STF	5
Contra-razões Embargos de Declaração	3
Pareceres de Admissibilidade	2

Recursos Extraordinários Cíveis	9
Solicitação de Autos	36
Pedido de Revogação de Liminar	3
Pedidos Diversos	3
Reclamação	1

	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Acórdãos Analisados	29	20	27	26

Obs.: As informações das áreas de atuação e pólos que não foram contempladas neste documento serão consolidadas até o final do exercício corrente.

PROJEÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2005

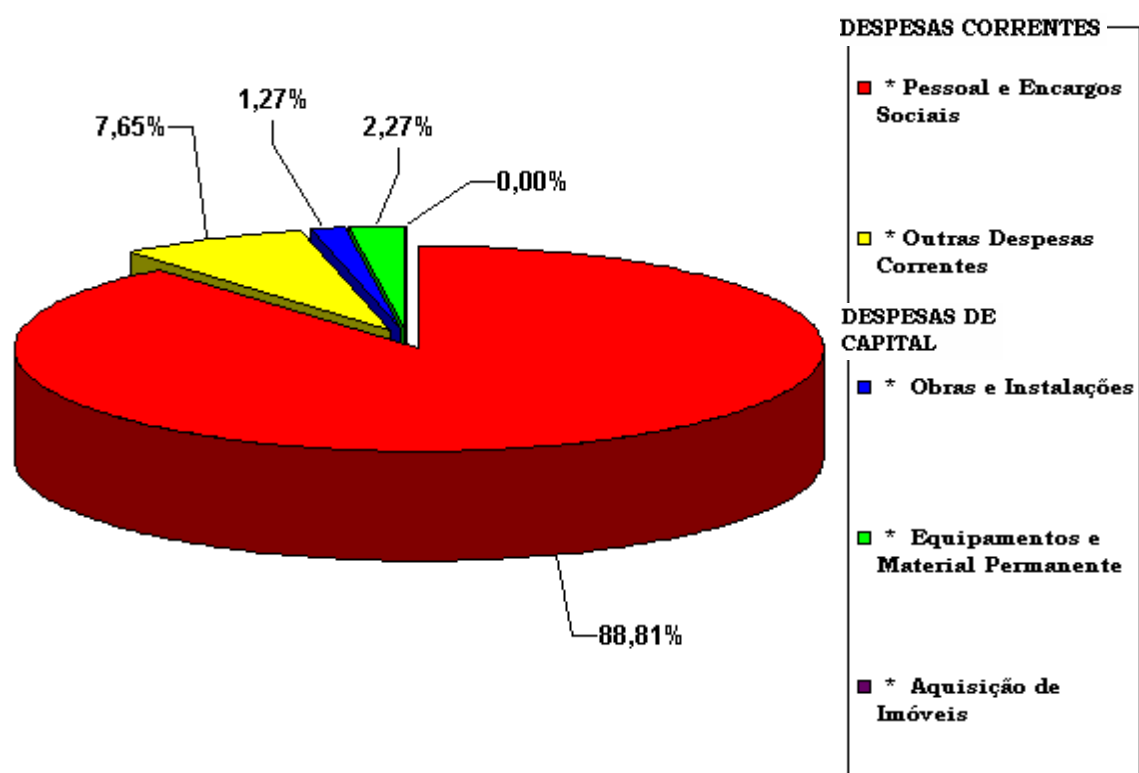
RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS/ATIVIDADES

Comparativo / Incidência - Grupo de Despesas - Ano 2005

Ref. Fonte de Recurso - 100 e 303

Objeto de Gastos / Grupo de Despesa	2005	
	Dotação Inicial+Supl. -Anulação = Empenhado	Incidência (%)
<u>DESPESAS CORRENTES</u>	<u>90.231.771,00</u>	
* Pessoal e Encargos Sociais	83.073.884,00	88,81 %
* Outras Despesas Correntes	7.157.887,00	7,65 %
<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	<u>3.306.368,00</u>	
* Obras e Instalações	1.184.570,00	1,27 %
* Equipamentos e Material Permanente	2.121.798,00	2,27 %
* Aquisição de Imóveis	0,00	0,00 %
Total Geral	94.639.139,00	
Fonte 100	93.538.139,00	

OBS: Execução Orçamentária no período de janeiro à novembro / 2005, sujeito a alterações face encerramento do exercício em 21/12/2005.



PROJETOS E ATIVIDADES 2006

PLANO ESTRATÉGICO – REVISÃO 2006

(Plano Plurianual 2004–2007)

O processo de revisão do PPA 2004–2007 em 2005 foi repensado de modo a garantir a melhoria constante da programação. Nesse sentido, em junho de 2005, buscou-se a integração da revisão com a avaliação do Plano relativa ao exercício de 2006.

A revisão do Plano incorporou, de forma sistemática, as recomendações geradas pela avaliação, tornando-as efetivas. Afinal, o objetivo último da avaliação é gerar conseqüências na melhoria do processo de planejamento do Governo Estadual, o que concretiza, em última instância, na revisão ou na elaboração de novo Plano.

PROJETOS E ATIVIDADES – REVISÃO 2006

(Plano Plurianual 2004–2007)

- Cidadania
- Penal
- Ambiental
- Infância e Juventude
- Defesa da Administração Pública
- Desenvolvimento Institucional

CIDADANIA

Área: 1	Objetivo Estratégico de Governo:	Programa PPA 2006:	Objetivo do Programa:	indicador:
Cidadania	"Melhorar a qualidade de vida para promover a cidadania"	DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO E PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS	Reduzir os casos de violação de direitos do idoso e do portador de necessidades especiais	nº de violações constatadas
Projetos e Atividades	1. Acompanhamento das Políticas Públicas e das respectivas entidades.		Meta:	70% das promotorias atuando na defesa dos direitos dos idosos e portador de necessidades especiais
Atividade Priorizada	1. Acompanhamento das Políticas Públicas e das respectivas entidades.		Objetivo Específico	Assegurar a proteção dos direitos do idoso e do portador de necessidades especiais
Medida 1	Acompanhar e fiscalizar a existência de recursos orçamentários específicos na LDO e LOA para programas e ações para o idoso e portador de necessidades especiais	ações	Acompanhar os prazos de entrega da LDO e LOA	
			Verificar se foram contemplados os programas e ações do Idoso e PNE	
			Tomar medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para suprir as omissões e ilegalidades existentes na previsão orçamentária dos recursos destinados a esse programa.	
Medida 2	Fomentar e acompanhar os planos municipais do Idoso e Portador de Necessidades Especiais	ações	Verificar a existência ou não de planos municipais do idoso e deficiente.	
			Propor as medidas extras judiciais e judiciais cabíveis para a formulação desses planos.	

			Tomar as medidas para assegurar a participação da comunidade e das entidades interessadas na formulação dos planos.
Medida 3	Acompanhar a criação e funcionamento do Conselho do Idoso e do Portador de Necessidades Especiais	ações	Verificar a existência de Lei Municipal que institua o Conselho do Idoso e Conselho do PNE Efetivar Recomendações a Câmara Municipal e Prefeitura Municipal. Realizar audiência pública e campanhas educativas nas escolas para a conscientização da população sobre a importância dos Conselhos. Acompanhar os trabalhos dos Conselhos.
Medida 4	Fiscalizar as entidades de recolhimento do idoso	ações	Identificar as entidades e sua regularização. Adotar as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis na fiscalização.
Medida 5	Fomentar e garantir o atendimento prioritário ao Idoso e ao Portador de Necessidades Especiais	ações	Realizar audiências públicas e campanhas educativas nas escolas para a conscientização da população sobre a importância da priorização do atendimento. Adotar as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para garantir a fiscalização no tocante às Políticas Públicas.
Medida 6	Apurar condutas ofensivas aos direitos do Idoso e do Portador de Necessidades Especiais em relação à saúde	ações	Identificar eventual existência de condutas ofensivas. Garantir o atendimento contínuo das farmácias básicas e do transporte para a unidade hospitalar adequada.

PENAL

Área: 2	Objetivo Estratégico de Governo:	Programa PPA 2006:	Objetivo do Programa:	indicador:
Penal	"Melhorar a qualidade de vida para promover a cidadania"	REDUÇÃO DA IMPUNIDADE	Reduzir a Impunidade através da melhoria da eficiência	1. Tempo de conclusão dos Inquéritos Policiais. 2. Ação Penal sentenciada
Projetos e Atividades:	1. Implantação das ações do MP no controle da atividade policial.	Metas:	25% das promotorias criminais atuando no controle externo.	
	2. Sistematização do acompanhamento das ações penais, de execução da pena e <i>sursis</i> processual.		70% das promotorias criminais com a sistematização implantada.	
	3. Combate ao Crime Organizado.		40% dos casos apurados.	
Atividade Priorizada	1. Implantação das ações do MP no controle da atividade policial.	Objetivo Específico	Exercer o controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais e extrajudiciais	
Medida 1	Fiscalizar efetivamente os pedidos de dilação de prazo nos inquéritos policiais, principalmente, quando envolver agentes públicos.	ações	Analisar criteriosamente os inquéritos oferecendo denúncia e requerendo diligências diretamente ao Juiz, quando possível. Requisitar do órgão competente,	

			informações acerca de todas investigações existentes em desfavor de agentes públicos e implementar uma rotina de acompanhamento das referidas investigações.
			Implantar uma sistemática de controle de tramitação de Inquéritos na Delegacia e na Promotoria (GEAP)
			Promover reuniões com autoridades policiais visando aprimoramento do trabalho entre as instituições
Medida 2	Cruzar os dados oriundos da Polícia Militar com os da Polícia Civil	ações	Requisitar a relação dos Boletins de Ocorrência emitidos mensalmente pela Polícia Militar, com a indicação da respectiva numeração e natureza.
			Encaminhar a polícia civil cópia do relatório da polícia militar, requisitando informações acerca da instauração de inquéritos policiais e termos circunstanciados respectivamente.
Medida 3	Intensificar a atuação preventiva no combate à criminalidade	ações	Fomentar a criação e/ou implementação do Conselho Municipal de Segurança Pública.

Atividade Priorizada	2. Sistematização do acompanhamento das ações penais, de execução da pena e sursis processual.	Objetivo Específico	Fiscalizar com eficiência a tramitação das ações penais, execução de pena, <i>sursis</i> processual e transação penal.
Medida 1	Implementar o GEAP em todas as promotorias criminais	ações	Levantar a estrutura atual.
			Treinar a equipe.
			Instalar e implantar do sistema.
Medida 2	Acompanhar o trâmite das ações penais, o cumprimento das condições do sursis processual e da execução da pena.	ações	Formar uma comissão para estudar alternativas destinadas à melhoria efetiva da fiscalização.
			Provocar a composição e instalação do Conselho da Comunidade.
			Analisar periodicamente os processos executivos de pena e com suspensão condicional do processo.
			Visitar mensalmente as cadeias e presídios.
			Utilizar os registros do GEAP visando a identificação de processos paralisados, com escopo de provocar o impulso oficial.
			Exigir a condução coercitiva de vítimas e testemunhas, evitando a redesignação de audiências.

Atividade Priorizada	3. Combate ao Crime Organizado.	Objetivo Específico	Investigar os casos de crime organizado comunicados ou que, de alguma forma, chegar ao conhecimento do MP.
Medida 1	Estruturar fisicamente o GAECO com material, equipamentos e recursos humanos necessários.	ações	Fazer gestão junto a Procuradoria geral de Justiça visando estruturar o GAECO (física e material).
Medida 2	Combater à pirataria	ações	Levantar dados. Analisar dados e adotar as medidas judiciais cabíveis. Repassar os resultados das operações ao GNCOC.
Medida 3	Implantar o PROVITA-MT (Programa de Proteção à testemunha e vítimas ameaçadas)	ações	Discutir o projeto com a sociedade através de audiências públicas Apresentar o projeto de lei na Assembleia Legislativa e Governo do Estado. Acompanhar o andamento legislativo. Em caso de aprovação, verificar a inclusão do Programa na LDO 2007.
Medida 4	Investigar agentes públicos envolvidos em corrupção com prioridade aos que atuem junto ao Fisco Estadual	ações	Receber denúncias Instaurar procedimentos investigatórios Desencadear, pelo menos, 02 (duas) operações anuais.

AMBIENTAL

Área: 3	Objetivo Estratégico de Governo:	Programa PPA 2006:	Objetivo do Programa:	Indicador:
Ambiental	"Garantir o uso ordenado dos recursos naturais visando o desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental"	FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	Assegurar eficiência das ações do Ministério Público Estadual na gestão ambiental com vistas à redução dos impactos ambientais no meio natural e urbano	1. Nº de ação civil e criminal pública proposta; 2. Nº de procedimentos investigatórios instaurados 3. Nº de termos de ajustamento de conduta firmado.
Projetos e Atividades	1. Integração das Promotorias de justiça do meio ambiente no combate ao desmatamento.		Meta:	30% das Promotorias com atuação integrada
	2. Capacitação em Direito e Gestão Ambiental			2 cursos realizados
	3. Realização de perícias em áreas degradadas (APP e Reserva Legal)			50% das perícias realizadas
	4. Intensificar o combate às queimadas urbanas e rurais.			Reduzir em 30% o índice de queimadas
Atividade Priorizada	1. Integração das Promotorias de justiça do meio ambiente no combate ao desmatamento.	Objetivo Específico	Expandir o sistema de informação relativo ao SLAPR, OVIGIA, E-TRAMITE, GEAP e GEDOC, com a criação do portal ambiental para melhorar o acesso das promotorias de justiça do meio ambiente.	
Medida 1	Criar Portal do Ambiente	ações	Realizar implementações no sistema E-TRAMITE.	

			Utilizar software livre.
			Implantar núcleo de geoprocessamento. Capacitar os servidores em geoprocessamento, sensoriamento remoto e desenho assistido.
Medida 2	Expandir a Infovia	ações	Interligar todas as Promotorias não incluídas inicialmente no projeto.
Medida 3	Criar Promotoria regional piloto, por bacia hidrográfica.	ações	Buscar informações nos Estados que já possuem Promotorias regionais por bacias hidrográficas implantadas
			Elaborar minuta de regulamentação
			Submeter o assunto ao Egrégio Colégio
Medida 4	Instituir a gestão integrada das Promotorias de Justiça com atuação na área ambiental com a finalidade de uniformização de procedimentos e fortalecimento da atuação do MP	ações	Realizar encontros periódicos entre as Promotorias dos Pólos e as especializadas da capital.
Atividade Priorizada	2. Capacitação em Direito e Gestão Ambiental	Objetivo Específico	Realizar seminários e cursos de capacitação para Promotores de Justiça, técnicos do Ministério Público e conveniados.

Medida 1	Realizar cursos presenciais e a distância para peritos, servidores e Promotores.	ações	Implantar salas de teleconferência.
Atividade Priorizada	3. Realização de perícias em áreas degradadas (APP e Reserva Legal).	Objetivo Específico	Realizar perícias e avaliações de impactos ambientais para subsidiar ações do MP (Termo de Ajustamento de Conduta, Inquérito Civil, Ação Civil Pública)
Medida 1	Implementar Convênios	ações	Realizar contatos com as Instituições para firmar novos convênios. Efetivar aditivos aos convênios existentes.
Medida 2	Centralizar solicitações de perícias no CAOP	ações	Capacitar peritos do MP e conveniados. Promover orientação técnico-judicial aos Promotores de Justiça.
Medida 3	Disponibilizar imagens de satélites, pelo núcleo de geoprocessamento da PGJ, para subsidiar as perícias.	ações	Capacitar funcionários do MP na edição de imagem
Atividade Priorizada	4. Intensificar o combate às queimadas urbanas e rurais	Objetivo Específico	Prevenir e reduzir os índices de queimadas

Medida 1	Atuar em conjunto com os órgãos ambientais no combate as queimadas urbanas e rurais.	ações	Verificar junto às Prefeituras do município a existência da legislação ambiental e suas respectivas sanções.
			Expedir notificação recomendatória ao município para inclusão dos dispositivos legais prevendo condutas lesivas ao meio ambiente.
			Incentivar os municípios e demais órgãos públicos a promover campanhas de educação ambiental.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Área: 4	Objetivo Estratégico de Governo:	Programa PPA 2006:	Objetivo do Programa:	Indicador:
Infância e Juventude	"Melhorar a qualidade de vida para promover a cidadania"	PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Inclusão da cidadania infanto-juvenil	1. Índice de evasão escolar; 2. Índice de registro de nascimento; 3. Índice de mortalidade infantil
Projetos e Atividades:	1. Monitoramento da evasão escolar com a realização de campanhas nas comunidades		Metas:	30% das instituições monitoradas
	2. Promoção da cidadania (registro de nascimento)			100% dos registros de nascimento requeridos pelo Ministério Público
	3. Monitoramento dos Programas de Saúde de pré-natal e acompanhamento de parturientes.			50% dos programas de saúde fiscalizados
	4. Estimulo à implantação nos municípios das medidas sócio-educativas em meio aberto.			30% dos municípios com estrutura para cumprimento de medidas sócio-educativas
Atividade Priorizada	1. Monitoramento da evasão escolar com a realização de campanhas nas comunidades	Objetivo Específico	Garantir o direito de acesso e permanência na escola	
Medida 1	Implementar programa de combate a evasão escolar nos moldes do programa fortalecer e FICAE, em todo o Estado	ações	Regulamentar o Programa pelo Colégio de Procuradores, capacitar voluntários, Promotores e Servidores.	

Medida 2	Analisar as condições físicas dos estabelecimentos de ensino fundamental e creches.	ações	Realizar visitas "in loco". Requisitar fiscalização preventiva integrada pelo corpo de bombeiros, CREA, Vigilância Sanitária e Fiscais Municipais.
Medida3	Garantir efetivamente o Conselho tutelar (já previsto em Lei municipal, mas ainda não instalado)	ações	Efetuar Termo de Ajustamento de Conduta com a municipalidade. Adotar medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.
Medida 4	Garantir transporte escolar dentro dos padrões exigíveis	ações	Efetuar Termo de Ajustamento de Conduta com a municipalidade. Adotar medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.
Atividade Priorizada	2. Promoção da cidadania (registro de nascimento)	Objetivo Específico	Reduzir o número de crianças sem registro de nascimento
Medida 1	Estabelecer parcerias com o serviço notarial e promoção social	ações	Promover ações conjuntas.

Medida 2	Regularizar registros de menores sem paternidade reconhecida	ações	Ajuizar ações de investigação de paternidade.
Atividade Priorizada	3. Monitoramento dos Programas de Saúde de pré-natal e acompanhamento de parturientes	Objetivo Específico	Assegurar a eficácia dos programas
Medida 1	Adequar o número de equipes de PSF - Programa de Saúde Familiar aos ditames estabelecidos pelo Ministério Público	ações	Efetivar Notificação recomendatória, Termo de Ajustamento de Conduta e/ou propositura de ações.
Medida 2	Capacitar equipes que atuam na rede de atenção básica acerca do tema	ações	Efetivar Notificação recomendatória.
Atividade Priorizada	4. Estímulo à implantação nos municípios das medidas sócio-educativas em meio aberto	Objetivo Específico	Cumprimento à Constituição Federal e Estatuto da Criança e Adolescente
Medida 1	Implantar Programas das ONG's e órgãos governamentais na execução de medidas sócio-educativas em meio aberto, especialmente com acolhimento de adolescentes para prestação de serviços comunitários.	ações	Viabilizar convênios e Termos de cooperação entre o judiciário, Ministério Público e entidades. Provocar o poder judiciário para que faça efetivamente o acompanhamento do cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto, na comarca e no nível institucional. Capacitar voluntários para atuar como orientador judiciário para acompanhar as medidas sócio-educativas em meio aberto.

Medida 2

Estimular a formalização de convênios de entidades como SESI/SENAI/CORREIOS para a realização de cursos profissionalizantes para jovens infratores

ações

Viabilizar convênio e Termos de cooperação entre o Judiciário.

DEFESA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Área: 5	Objetivo Estratégico de Governo:	Programa PPA 2006:	Objetivo do Programa:	indicador:
5. Defesa da Administração Pública	"Dar sustentabilidade à Gestão das Políticas Públicas, garantindo o equilíbrio fiscal e a capacidade de financiamento do Estado, visando o atendimento das necessidades da sociedade"	MORALIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS	Assegurar a gestão eficiente e responsável da coisa pública para o incremento da qualidade dos serviços públicos prestados.	1. Endividamento dos municípios 2. Índice de sonegação.
Projetos e Atividades:	1. Implantação do sistema de acompanhamento das ações de planejamento dos municípios.		Metas:	30% das Promotorias acompanhando as ações do Planejamento dos municípios.
	2. Construção do índice de desvio da receita pública			10% dos índices construídos
	3. redução da renúncia fiscal			20% do programa pró-madeira acompanhado
	4. Redução da sonegação fiscal			40% da sonegação fiscal reduzida no segmento de madeira
Atividade Priorizada	1. Implantação do sistema de acompanhamento das ações de planejamento dos municípios.	Objetivo Específico	Assegurar a eficácia das políticas públicas	
Medida 1	Verificar cumprimento da exigência do Orçamento Participativo e democrático	ações	Cobrar e acompanhar a realização de Audiência Pública	

			Estimular a participação da população nas Audiências Públicas
			Fomentar a atuação dos conselhos na política orçamentária
Medida 2	Acompanhar a execução do orçamento no cumprimento das metas sociais – saúde e educação	ações	Confrontar o IDH e indicadores sociais com as metas orçamentárias
			Recomendações, inquéritos e medidas judiciais se forem o caso.
Medida 3	Verificação do cumprimento da exigência do plano diretor participativo e democrático e seu acompanhamento	ações	Conhecer e avaliar a legislação local
			Cobrar e acompanhar a realização de Audiência Pública
			Estimular a participação da população nas Audiências Públicas
Atividade Priorizada	2. Cobrar a construção do índice de desvio da receita pública pela Administração Pública Estadual	Objetivo Específico	Assegurar um novo padrão de conduta fiscal regido pelo planejamento, transparência e controle dos gastos públicos.
Medida 1	Implementar forma de trabalho integrado entre a SEFAZ/MT, Delegacia Fazendária e Promotoria.	ações	Definir Responsáveis
			Elaborar planejamento conjunto, capacitar equipe, executar as ações e acompanhar os desvios.
			Avaliar os resultados finais frente ao planejado.

Medida 2	Implementar a sistemática de levantamento e avaliação dos índices de sonegação e de desvio da Receita Pública.	ações	Definir Métodos
			Estabelecer estrutura necessária
			Apurar os índices e avaliar sua redução em cada período.
Medida 3	Exigir prestação jurisdicional das ações civis públicas em andamento	ações	Manter atualizados em registros o andamento de ações de improbidade
			Peticionar nos autos cobrando o andamento processual devido
			Interpor os recursos adequados se necessário nas ações civis públicas em curso
Atividade Priorizada	3. Redução da renúncia Fiscal	Objetivo Específico	Garantir tratamento homogêneo e o equilíbrio da concorrência acompanhando os impactos estabelecidos na LDO com as respectivas contrapartidas.
Medida 1	Analisar a Lei	ações	Estudar a Lei.
			Identificar o período que ocorre a intensificação da extração da madeira.
			Solicitar informações/legislação de renúncia fiscal concedida do segmento.
Medida 2	Identificar os mecanismos que foram utilizados para realização das fraudes e inibir a realização das mesmas.	ações	Realizar parcerias com a SEFAZ/MT e Secretaria de Indústria e Comércio.
			Analisar as informações.

Medida 3	Analisar a contrapartida dos beneficiados	ações	Requisitar informações junto à Secretaria de Indústria e Comércio à cerca das empresas beneficiadas com a renúncia fiscal, assim como, a contrapartida que estas empresas obrigaram-se. Avaliar se os programas serviram como facilitadores da fraude fiscal.
Medida 4	Fiscalização da renúncia fiscal da região	ações	Realização de cursos, seminários, encontros para capacitar os promotores para melhorar atuação na área.
Atividade Priorizada	4. Redução da Sonegação Fiscal	Objetivo Específico	Defender a receita pública
Medida 1	Identificar os mecanismos que foram utilizados para realização das fraudes e inibir a realização das mesmas no segmento madeira.	ações	Solicitar relatório da estimativa de sonegação. Solicitar relatório de sonegação fiscal constatada. Diagnosticar os dados levantados e discutir medidas a serem implementadas.
Medida 2	Priorizar a conclusão de investigações das ações penais que apurem sonegação de madeira. Provocar que as	ações	Realizar planejamento integrado com a Delegacia Fazendária e SEFAZ/MT Realizar levantamento dos IP's que

	ações sejam planejadas na forma identificada na Medida 1, para combater a sonegação identificada no segmento madeira.		apuram crime de sonegação fiscal no segmento para oferecimento de denúncia.
			Disponibilizar com exclusividade um colaborador para trabalhar com as referida ações penais.
Medida 3	Fiscalização da sonegação fiscal da região	ações	Realização de cursos, seminários, encontros para capacitar os promotores para melhorar atuação na área,

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Área:	Objetivo Estratégico de Governo	Programa PPA 2006/2007	Objetivo do Programa	Indicador
SISTÊMICA	Melhorar o desempenho da gestão pública estadual	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	EFETIVIDADE DOS DIREITOS DO CIDADÃO	GRAU DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO COM OS TRABALHOS DO MP
Projetos e Atividades:	1- Implementação da Administração Gerencial	Metas:		Unidades com metas estabelecidas
	2- Implantação e Implementação técnica de promotorias			Promotorias de Justiça implantadas e implementadas.
	3- Implantação de padronização e monitoramento de atendimento ao cidadão			Unidades com atendimento padrão
	4- Implementação do modelo de gestão de TI			Unidades com atendimento padrão
	5- Orientação, monitoramento e fiscalização do cumprimento de metas institucionais			Unidades monitoradas
	6- Reestruturação de Centro de Aperfeiçoamento Funcional - CEAF			Ações descentralizadas
	7- Reestruturação do Centro de Apoio Operacional - CAOP			Coordenadorias implementadas
Projeto	Implementação da Administração Gerencial	Objetivo Específico	Aprimoramento do desempenho institucional	
Medida 1	Implementação de sistemática de acompanhamento dos resultados da gestão.	ações		Definir método
				Definir instrumentos de acompanhamento
				Instituir calendário anual permanente de acompanhamento
				Avaliar e divulgar resultados
Medida 2	Implementação do instrumento para avaliação da gestão pública	ações		Proceder ação corretiva.
				Executar a auto-avaliação da gestão
				Validar a auto-avaliação juntamente com

			a coordenação regional
			Elaborar plano de melhoria da gestão
			Executar e monitorar o plano de melhoria
			Avaliar resultados do plano de melhoria
			Divulgar resultados
Medida 3	Acompanhamento da gestão de desempenho	ações	Realizar avaliação de desempenho anual
			Divulgar e acompanhar os resultados da avaliação
Medida 4	Elaboração de um plano de desenvolvimento de pessoas	ações	Implantar programa de desenvolvimento gerencial
			Implementar programa de treinamento e desenvolvimento operacional em parceria com o CEAF
			Promover a participação de encontros, congressos e similares em parceria com o CEAF
			Acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos programas de capacitação em parceria com o CEAF
			Criar um banco de talentos
Medida 5	Implantação de um Programa de qualidade de vida	ações	Implantar um ambulatório médico
			Implantar projetos culturais
			Realizar eventos, seminários com temáticas educativas.
			Executar projeto de integração (INTEGRA)
Medida 6	Execução da política de gestão de pessoas	ações	Acompanhar histórico funcional e plano de carreira de recursos humanos
			Elaborar e implantar regulamento de pessoal
			Implantar sistema de recrutamento e seleção interna de pessoal

Projeto	Implantação e implementação técnica de promotorias	objetivo específico	Proporcionar melhores condições de atendimento ao cidadão
Medida 1	Construir e equipar promotorias de justiça da capital e interior	ações	Definir prioridades de construção
			Definir local da obra
			Elaborar projeto arquitetônico (projeto padrão)
			Formar parcerias com a Prefeitura do Município
			Contratar empresa
			Executar a obra
			Realizar visitas de inspeção na obra
Projeto	Implementação do modelo de Gestão de Tecnologia da Informação	Objetivo Específico	Integração das promotorias à rede corporativa do MP
Medida 1	Implantação da rede corporativa	ações	Implantar infra-estrutura de rede lógica e elétrica nas promotorias com sede própria
			Dotar as promotorias de equipamento necessário para utilização dos sistemas do MP
			Disponibilizar links de comunicação via infovia para promotorias não contempladas em 2005
			Dotar as promotorias de sistemas de proteção e seguranças
			Operacionalizar sistema de monitoramento de rede, para manter alto nível de disponibilidade.

Medida 2	Implantação da Política de Segurança da Informação	ações	Elaborar novas normas de segurança Realizar Wokshops de segurança da informação Realizar nova análise de risco em todos os ativos de rede e equipamento do MP Elaborar planos de contingência Elaborar relatório anual de avaliação da eficácia das medidas aplicadas
Medida 3	Implementação de sistema de gerenciamento eletrônico de documentos e processos nas promotorias de justiça	ações	Definir estratégia de implantação Levantamento de necessidades de equipamentos Realizar Treinamento da equipe Implantar sistema Avaliar implantação e proceder ajustes necessários
Medida 4	Implementação e legalização de software	ações	Definir novos produtos a serem homologados pelo comitê de Segurança Levantar custos Elaborar especificações para processo licitatório Instalar os softwares adquiridos
Medida 5	Certificação e assinatura digital para documentos forenses	ações	Elaborar especificações para processo licitatório para aquisição de servidores de rede e equipamentos de autenticação Instalar e configurar servidores de rede e equipamentos de autenticação Implantar novo modelo de autenticação

			Executar plano continuado de política de segurança
Projeto	Reestruturação do Centro de Aperfeiçoamento Funcional - CEAF	Objetivo Específico	Descentralização das ações
Medida 1	Implementar o Projeto Memória	ações	1. Verificar espaço físico para implementação do Projeto Memória 2. Contratar equipe capacitada para a implementação. 3. Providenciar a confecção de móveis específicos para exposição dos documentos 4. Levantar os materiais de consumo necessários para a higienização e conservação dos documentos do arquivo 5. Providenciar equipamentos como computadores, iluminação especial e higienizadoras para galeria. 6. Contratar uma produtora de áudio visual para o desenvolvimento do Projeto Memória 7. Providenciar passagens e diárias para viagens de pesquisas necessárias a implementação do Projeto
Medida 2	Reestruturar a Biblioteca	ações	1. Verificar espaço físico adequado ao novo modelo da biblioteca 2. Verificar layout do novo espaço da biblioteca 3. Providenciar móveis como mesas com cadeiras para compor as cabines e para os servidores 4. Providenciar a aquisição de armários e arquivos de aço e armários deslizantes 5. Providenciar computadores sem impressoras para as cabines, e com

			impressoras para os servidores. 6. Aquisição de software específico para ser instalado na biblioteca. 7. Aumentar o acervo de livros da biblioteca.
Medida 3	Institucionalizar e implantar Oficinas de Trabalho	ações	1. Levantar junto aos pólos os temas a serem trabalhados 2. Verificar espaço físico adequado para a realização das oficinas de trabalho nos pólos. 3. Levantar os equipamentos e materiais necessários para a realização das oficinas de trabalho e providenciá-los. 4. Providenciar junto a Diretoria Geral a liberação de diárias para os membros e servidores participantes. 5. Providenciar junto a Promotoria que sediará a oficina a contratação de coffee break. 6. Contratar ou convidar um facilitador para conduzir a discussão sobre os temas abordados.
Medida 4	Firmar Convênios/contratos para realização de capacitações, cursos de especialização e eventos em geral.	ações	1. Celebrar convênios com Instituições de Ensino para realização de cursos que atendam as necessidades de capacitação dos membros e servidores do MP. 2. Contratar profissionais qualificados para realização de cursos voltados ao aperfeiçoamento funcional.
Medida 5	Atualização da Resolução do CEAF	ações	1. Realizar estudos de revisão nas atribuições (atualizações na página do MP, atividades de Cerimonial...)
Medida 6	Controle de resultados das capacitações realizadas	ações	1. Definir o método de acompanhamento e repasse de informações

Projeto	Orientação, monitoramento e fiscalização do cumprimento de metas institucionais.	Objetivo Específico	Assegurar a execução das metas institucionais a partir da definição e implementação do sistema de informações gerenciais para fomentar a execução das ações
Medida 1	Implantar a Corregedoria Itinerante	ações	Definição do calendário p/ pólo Resolução dos problemas locais com os órgãos de execução. Definição de ação conjunta com a Procuradoria Geral p/ disponibilizar suporte técnico para as promotorias de justiça de cada pólo.
Projeto	Reestruturação do Centro de Apoio Operacional - CAOP	Objetivo Específico	Implementação de coordenadorias de áreas de apoio técnico
Medida 1	Estruturação física, humana e material do CAOP.	ações	Fazer gestão junto ao PGJ, para implementação e ampliação da atuação das coordenadorias de áreas do CAOP.
PROJETO	Implantação de padronização e monitoramento de atendimento ao cidadão	Objetivo Específico	Garantir ações de melhoria no atendimento ao cidadão

Medida 1	Conhecer o nível de satisfação do atendimento ao cidadão	ações	1. Realizar estudos para melhorar o funcionamento do disque-cidadania.
			2. Implementar procedimentos operacionais padrão de atendimento ao cidadão.
			3. Realizar pesquisa de satisfação do cidadão.
			4. Avaliar resultados e proceder ações corretivas.
Medida 2	Intensificar a divulgação das ações do MP nas promotorias do interior	ações	1. Ampliar a estrutura organizacional e formas de atuação da Assessoria de Imprensa.
			2. Realizar visitas in loco nas promotorias de justiça do interior.
Medida 3	Intensificar a divulgação, perante a sociedade, dos direitos e deveres do cidadão e o papel do MP	ações	3. Divulgar resultados através da publicação de imagens e textos jornalísticos.
			1. Divulgar periodicamente informações das ações realizadas nas promotorias de Defesa do consumidor, cidadania, meio ambiente, patrimônio público, infância e criminal aos meios de comunicação.
			2. Apoiar as promotorias, no tocante à divulgação, na realização de eventos em todas as áreas de atuação do MP.

OUTRAS ÁREAS E ATIVIDADES PRIORIZADAS

Núcleo de Ações de Competência Originária – NACO

Atividade Priorizada	Realizar constante atualização dos procedimentos e processos do setor e investir na capacitação profissional dos servidores	Objetivo Específico	Identificar os procedimentos anteriores a 2005 e dar-lhes vazão, mantendo atualizados todos os demais (pós 2005)	Meta física 2006	Concluir todos os procedimentos administrativos anteriores a 2005, sem prejuízo do andamento dos procedimentos instaurados a partir de 2005.
Medida 1	Concluir todos os procedimentos administrativos anteriores a 2005		ações	Passar em revista o acervo jurídico do NACO a fim de identificar os procedimentos administrativos anteriores a 2005. Priorizar a análise e apuração dos procedimentos antigos (anteriores a 2005). Cumprir rigorosamente o plano de metas estabelecido para o setor através da emissão de relatórios de produtividade.	
				Revisão trimestral das metas existentes com o objetivo de readequá-las, sempre que possível, à realidade/necessidade do setor.	

Medida 2	Manter atualizado o andamento dos procedimentos (judiciais e extrajudiciais) do NACO instaurados a partir de 2005	ações	Monitorar os relatórios de procedimentos/processos. Na hipótese de procedimento/processo estagnado (sem movimentação a mais de 1 mês), verificar o motivo da estagnação - inclusive, sendo o caso de feito judicial, pedindo vista ao Des. Relator – para reavaliação da situação e das alternativas.
Medida 3	Conscientização dos Promotores para a formação de parcerias com este setor	ações	Divulgar a necessidade de uma parceria com os Promotores de Justiça nos debates, encontros e grupos de estudos realizados no âmbito do MPE em 2006. Comunicação direta e em tempo real com as Promotorias de Justiça da Capital e do interior, com o objetivo de pô-las a par das ações desenvolvidas pelo setor e disponibilizar o material eventualmente necessário para a atuação dos Promotores de Justiça na esfera cível (ações civis públicas)
Medida 4	Divulgar os resultados alcançados pelo setor	ações	Atualizar a assessoria de imprensa sobre as ações desenvolvidas pelo setor.
Medida 5	Capacitação técnica dos servidores do setor	ações	Aquisição de obras técnicas especializadas na matéria-fim do setor



Requerer cursos de capacitação técnica ao Centro de Estudos do MPE e outros.

 Núcleo de Apoio para Recursos aos Tribunais Superiores – NARE

Atividade Priorizada	Implementação de um aprimoramento na atuação do NARE	Objetivo Específico	Buscar autonomia e independência do NARE para análise recursal	Meta física 2006	Recorrer com independência em 100% das decisões contrárias às posições institucionais
Medida 1	Pesquisa em MPs de outros Estados		ações		Efetuar levantamentos e contatos telefônicos
					Realizar visita técnica em outros Estados
					Elaborar relatório técnico a partir das informações levantadas e formatação de uma proposta de implementação.
Medida 2	Regulamentação Normativa na Lei Orgânica		ações		Elaboração de um Projeto de Lei
					Apresentação do Projeto de Lei para o Colégio de Procuradores
					Atualização de matriz de negócio, fluxos, POPs, metas e itens de controle
Medida 3	Divulgação dos resultados do NARE		ações		Elaborar bimestralmente o Boletim Informativo
					Manter atualizado o quadro de Gestão à vista dos resultados do Núcleo

PROMOTORIA CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL

Atividade Priorizada (Cível)	Sistematizar o andamento processual garantindo o acompanhamento dos resultados	Objetivo Específico	Para garantir a prestação jurisdicional com a eficácia necessária	Meta física 2006	100% da Sistemática implantada até dezembro/2006
Medida 1	Implantação do GEAP e GEDOC		ações	Levantamento das necessidades de pessoal e estrutura Capacitação dos Promotores e Pessoal de apoio	
Atividade Priorizada (Juizado Especial)	Atuação conjunta com o Poder Judiciário no combate a violência e discriminação contra a mulher	Objetivo Específico	combater a violência e discriminação	Meta física 2006	100% de disseminação conjunta com o Poder Judiciário realizada até dezembro de 2006
Medida 1	Conscientização da população		ações	Realizar Palestras, Atos Públicos. Realizar visitas em escolas	

ESTRUTURAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A) Contingenciamento de Pessoal – Ano 2005

Quantidade		
Procuradores	Promotores	Servidores (efetivos e comissionados)
26	139	428

* informação adicional: O Estado de Mato Grosso possui o total de 231 Juízes (fonte: Tribunal de Justiça/Corregedoria/Gráficos/Dados estatísticos julho 2005).

B) Demonstrativos das sedes de Promotorias de Justiça – Ano 2005

Sede	Quantidade
 Própria	18
 Alugada	05
 Sala no Fórum	40
 Em construção	06

C) Demonstrativo de Obras

Obra	Valor R\$	Andamento
Colíder	137.500,00	X
Juína	160.000,00	X
Diamantino	150.000,00	X
Poconé	140.000,00	X
Juara	33.811,00	X

PROJUS construída - Ano 2004/2005

Obra	Valor R\$	Andamento
CHAPADA DOS GUIMARÃES	194.399,59	Concluída

• PROJUS ampliação e reforma – Ano 2004/2005

Obra	Valor R\$	Andamento
Barra do Bugres	51.066,98	Concluída
Primavera do Leste	78.183,78	Concluída
Sinop	41.996,04	Em fase licitação
Sorriso	96.408,90	Em fase licitação
Rondonópolis	84.863,27	Concluída

• PROJUS a Construir – Ano 2005

Obra	fase
Guarantã do Norte	Efetivação do convênio
Campo Verde	Efetivação do convênio
Pedra Preta	Efetivação do convênio
Nova Mutum	Efetivação do convênio

D) Equipagem das Promotorias de Justiça

Em decorrência da realização de obras, reformas e ampliações torna-se imperiosa a adequação e aquisição de móveis, equipamentos permanentes e equipamentos de informática, objetivando a estruturação e funcionamento do órgão de execução no desempenho de suas funções.

Ademais, acrescenta-se a tudo isto a adequação necessária de recursos humanos (membros e servidores).

Até a presente data, o Ministério Público encontra-se em processo de discussão com o Governo do Estado para a melhoria dos valores do orçamento/2006, que ficou 42,30% aquém das nossas reais necessidades.

PLANO ESTRATÉGICO

Um dos fatores de sucesso deste plano foi a participação maciça e espontânea dos Servidores, Promotores e Procuradores de Justiça, conscientes da necessidade de se construir uma nova proposta de atuação, mergulharam esforços na aceitação de mudanças de paradigmas, conceituações, práticas, condutas ultrapassadas de manutenção do “*status quo*” então vigente.

Os compromissos elencados neste planejamento estratégico serão satisfatórios se as parcerias internas e externas forem realmente compartilhadas, fazendo parte do dia-a-dia ministerial, como um hábito que surge por etapas, e se fortalece na inesperada consolidação de sua essência.

É importante que cada um consiga entender e enxergar a sua indispensável importância na valorização de um Ministério Público que não é seu, que não é meu e sim de todos.

Na consolidação deste sistema de gestão os frutos somente serão colhidos se a semente for lançada coletivamente, rasgando a terra, rasgando o ontem, desabrochando o amanhã.

PAULO ROBERTO JORGE DO PRADO
Procurador-Geral de Justiça